

PREGÃO ELETRÔNICO

90008/2026

CONTRATANTE/GERENCIADOR (UASG)

(154048)

OBJETO

Registro de preços - Aquisição de material bibliográfico para atender a demanda do curso de Medicina ofertado pelo Campus Amilcar Ferreira Sobral (CAFS) da Universidade Federal do Piauí.

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

R\$ 700.000,00

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia 04/05/2026 às 08h30 (horário de Brasília)

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

maior desconto por item

MODO DE DISPUTA:

aberto

TRATAMENTO FAVORECIDO ME/EPP/EQUIPARADAS

NÃO

MARGEM DE PREFERÊNCIA PARA ALGUM ITEM

NÃO



Baixe o APP Compras.gov.br
e apresente sua proposta!

Sumário

1. DO OBJETO.....	3
2. DO REGISTRO DE PREÇOS.....	3
3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO.....	3
4. DO ORÇAMENTO ESTIMADO.....	5
5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO.....	5
6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA.....	8
7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES .	9
8. DA FASE DE JULGAMENTO	13
9. DA FASE DE HABILITAÇÃO.....	14
10. DO TERMO DE CONTRATO.....	16
11. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.....	17
12. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA.....	18
13. DOS RECURSOS	18
14. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES.....	19
15. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO	21
16. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS	22



EDITAL

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90008/2026

(Processo Administrativo nº 23111048910/2025-36)

Torna-se público que o(a) Universidade Federal do Piauí por meio do(a) Coordenadoria de Compras e Licitações, sediada no Campus Universitário Ministro Petrônio Portella, S/N – Bairro: Ininga, Cep.: 64.049-550 – Teresina-PI, realizará licitação, para registro de preços, na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é Aquisição de material bibliográfico para atender a demanda do curso de Medicina ofertado pelo Campus Amílcar Ferreira Sobral (CAFS) da Universidade Federal do Piauí, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. A licitação será realizada em único item.

2. DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. As regras referentes aos órgãos gerenciador e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços.

3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. Poderão participar deste certame os interessados previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

3.2. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

3.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.4. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.5. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.6. Não será concedido nesta Licitação tratamento favorecido para microempresas, empresas de pequeno porte e figuras equiparadas, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, em razão da incidência, no caso, do art. 4º, § 1º da Lei nº 14.133, de 2021.

3.7. Não poderão disputar esta licitação:

3.7.1 aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.7.2 sociedade que desempenhe atividade incompatível com o objeto da licitação;

3.7.3 empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

3.7.4 autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

3.7.5 empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

3.7.6 pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.7.7 aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.7.8 empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.7.9 pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.7.10 Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

3.7.11 pessoas jurídicas reunidas em consórcio;

3.7.12 pessoas físicas.

3.8. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

3.9. O impedimento de que trata o item 3.7.6 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.10. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.7.4 e 3.7.5 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

3.11. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.12. O disposto nos itens 3.7.4 e 3.7.5 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

3.13. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

3.14. A vedação de que trata o item 3.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

4. DO ORÇAMENTO ESTIMADO

4.1. O orçamento estimado da presente contratação não será de caráter sigiloso.

5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

5.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

5.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

5.3. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto nos itens 9.1.1 e 9.11.2 deste Edital.

5.4. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

5.4.1 está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos

direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

5.4.2 não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

5.4.3 não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

5.4.4 cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

5.5. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.6. No caso das empresas que foram beneficiadas pela Lei nº 12.546, de 2011, as propostas de preços deverão ser apresentadas com as alíquotas em vigor, nos termos da Lei nº 14.973, de 2024, aplicáveis para o ano de apresentação da proposta.

5.6.1 A pedido da empresa contratada, o preço do contrato poderá ser revisto, nos termos do art. 134 c/c art. 136, I, da Lei nº 14.133, de 2021, após efetiva majoração das alíquotas, conforme regime de transição previsto no art. 9ºA e 9º-B da Lei nº 12.546, de 2011, com a redação dada pela Lei nº 14.973, de 2024.

5.7. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

5.7.1 No item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

5.7.2 Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

5.8. Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, a pessoa jurídica:

5.8.1 de cujo capital participe outra pessoa jurídica;

5.8.2 que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;

5.8.3 de cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.8.4 cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada pela Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.8.5 cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.8.6 constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;

5.8.7 que participe do capital de outra pessoa jurídica;

5.8.8 que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;

5.8.9 resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;

5.8.10 constituída sob a forma de sociedade por ações.

5.8.11 cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.

5.9. O licitante deverá declarar em campo próprio do sistema que desenvolve programa de integridade, nos termos do Decreto nº 12.304, de 2024, e da Portaria Normativa SE/CGU nº 226, de 9 de setembro de 2025, para fazer jus ao benefício do critério de desempate previsto no art. 60, caput, inciso IV, da lei n. 14.133, de 2021.

5.10. A falsidade da declaração de que trata os itens 5.4, 5.7 ou 5.9 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

5.11. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.12. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

5.13. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

5.14. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

5.14.1 a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

5.14.2 os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

5.15. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

5.15.1 valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

5.15.2 percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

5.16. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 5.14 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

5.17. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

5.18. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

6.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

6.1.1 Percentual de desconto mínimo que incidirá no valor anual do item;

6.1.2 marca;

6.1.3 fabricante;

6.1.4 Quantidade.

6.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

6.2.1 O licitante não poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

6.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais incluindo taxa de administração, fretes, seguro e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

6.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

6.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

6.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

6.8. O prazo de validade da proposta não será inferior a 90 (noventa) dias, a contar da data de sua apresentação.

6.9. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

- 6.10. Caso o critério de julgamento seja o de menor preço, os licitantes devem respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência;
- 6.11. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência.
- 6.12. O descumprimento das regras supramencionadas pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

- 7.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.
- 7.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 7.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.
- 7.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 7.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.
- 7.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 7.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 7.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de 0,1% (um décimo por cento).
- 7.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.
- 7.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.
- 7.11. Caso seja adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
- 7.11.1 A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 7.11.2 A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 7.11.3 Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem de classificação.

7.11.4 Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

7.11.5 Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

7.12. Caso seja adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa “aberto e fechado”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

7.12.1 A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

7.12.2 Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

7.12.3 Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

7.13. Caso seja adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa “fechado e aberto”, poderão participar da etapa aberta somente os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço/ maior percentual de desconto e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores/inferiores àquela, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.

7.13.1 Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas no item 7.13, poderão os licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.

7.13.2 A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

7.13.3 A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

7.13.4 Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

7.13.5 Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

7.13.6 Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

- 7.14. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 7.15. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 7.16. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 7.17. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva da licitação, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 7.18. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 7.19. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 7.20. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial, caso a contratação não se enquadre nas vedações dos §§1º e 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.
- 7.20.1 Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa, acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
- 7.20.2 A licitante mais bem classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.
- 7.20.3 Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.
- 7.20.4 No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.
- 7.20.5 A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.
- 7.21. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.
- 7.22. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

7.22.1 disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

7.22.2 avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

7.22.2.1. A fim de garantir maior segurança jurídica e uniformização quando da aplicação do subitem supra, este só será adotado quando houver regulamentação específica, que afaste o caráter subjetivo da tomada de decisão

7.22.3 desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, nos termos do Decreto nº 11.430, de 2023, e da Instrução Normativa SEGES/MGI nº 382, de 17 de setembro de 2025;

7.22.4 declaração do licitante de que desenvolve programa de integridade, conforme Decreto nº 12.304, de 2024, e Portaria Normativa SE/CGU nº 226, de 9 de setembro de 2025.

7.23. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

7.23.1 empresas brasileiras;

7.23.2 empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

7.23.3 empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

7.23.3.1. As licitantes empatadas serão convocadas para apresentarem, no prazo de 2 (duas) horas, contado a partir da convocação do anexo, a documentação comprobatória para os itens 7.22.2., 7.22.3. e 7.22.4.

7.24. Esgotados todos os demais critérios de desempate previstos em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.

7.24.1 Será informado no chat da sessão pública, a data, hora e local do sorteio, a ser realizado em site de sorteio, com transmissão ao vivo no Youtube ou outra plataforma de streaming.

7.24.2 Caso não seja possível a realização da transmissão ao vivo, o sorteio será gravado e posteriormente, publicado link para acesso ao vídeo no chat da sessão eletrônica.

7.24.3 Ao final, será lavrada a ata referente ao sorteio, na presença de testemunhas, e posteriormente divulgada no chat da sessão eletrônica.

7.25. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o Pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

7.25.1 A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

7.25.2 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.25.3 O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

7.25.4 O Pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

7.25.5 É facultado ao Pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

7.26. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

8. DA FASE DE JULGAMENTO

8.1. Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021, legislação correlata e no item 3.7 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

8.1.1 Sicafe;

8.1.2 Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS,

8.1.3 Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP e

8.1.4 Lista de licitantes inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União.

8.2. A consulta aos cadastros será realizada no nome e no CNPJ da empresa licitante.

8.2.1 A consulta no CEIS quanto às sanções previstas na Lei nº 8.429, de 1992, também ocorrerá no nome e no CPF do sócio majoritário da empresa licitante, se houver, por força do art. 12 da citada lei.

8.3. Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas ao CEIS, CNEP e Lista de licitantes inidôneos pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU.

8.4. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

8.4.1 A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

8.4.2 O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

8.4.3 Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

8.5. Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

8.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto nos arts. 29 a 35 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.

8.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:

8.7.1 conter vícios insanáveis;

8.7.2 não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

8.7.3 apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

8.7.4 não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

8.7.5 não cumpra os critérios de aceitabilidade de preços definidos no Termo de Referência;

8.7.6 apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

8.8. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

8.9. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o item anterior, só será considerada após diligência do Pregoeiro, que comprove:

8.9.1 que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

8.9.2 inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

8.10. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que o licitante comprove a exequibilidade da proposta.

8.11. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

8.12. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo licitante, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

8.12.1 O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

8.12.2 Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

8.13. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

9. DA FASE DE HABILITAÇÃO

9.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.1 A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no Sicafe.

- 9.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.
- 9.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.
- 9.4. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia ou por meio eletrônico.
- 9.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133, de 2021.
- 9.6. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.
- 9.7. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- 9.8. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.
- 9.9. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.
- 9.9.1 Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.
- 9.10. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.
- 9.10.1 A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.
- 9.11. A verificação pelo Pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.
- 9.11.1 Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 2 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do Pregoeiro.
- 9.11.2 Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no § 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.
- 9.12. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

9.12.1 Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

9.12.2 Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

9.13. Encerrado o prazo para envio da documentação de que trata o item 9.11.1, poderá ser admitida, mediante decisão fundamentada do Pregoeiro, a apresentação de novos documentos de habilitação ou a complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes, em até 2 (duas) horas, para:

9.13.1 a aferição das condições de habilitação do licitante, desde que decorrentes de fatos existentes à época da abertura do certame;

9.13.2 atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

9.13.3 suprimimento da ausência de documento de cunho declaratório emitido unilateralmente pelo licitante;

9.13.4 suprimimento da ausência de certidão e/ou documento de cunho declaratório expedido por órgão ou entidade cujos atos gozem de presunção de veracidade e fé pública.

9.14. Findo o prazo assinalado sem o envio da nova documentação, restará preclusa essa oportunidade conferida ao licitante, implicando sua inabilitação.

9.15. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

9.16. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 9.11.1.

9.17. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

9.18. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação.

9.19. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

10. DO TERMO DE CONTRATO

10.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado termo de contrato, ou outro instrumento equivalente.

10.2. O adjudicatário terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o termo de contrato ou instrumento equivalente, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

10.3. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou instrumento equivalente, a Administração poderá: a) encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR), para que seja assinado e devolvido no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data de seu recebimento; b) disponibilizar acesso a sistema de processo eletrônico para que seja assinado digitalmente em até 5 (cinco) dias úteis; ou c) outro meio eletrônico, assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis para resposta após recebimento da notificação pela Administração.

10.4. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida ao fornecedor adjudicado, implica o reconhecimento de que:

10.4.1 referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;

10.4.2 a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas neste Edital;

10.4.3 a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133, de 2021 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei.

10.5. Os prazos dos itens 10.2 e 10.3 poderão ser prorrogados, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

10.6. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.

10.7. Na assinatura do contrato ou instrumento equivalente será exigido o Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal – Cadin e a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste Edital, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

10.7.1 A existência de registro no Cadin constitui fator impeditivo para a contratação.

11. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

11.1. Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de 5 (cinco) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

11.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

11.2.1 a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e

11.2.2 a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

11.3. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no sistema de registro de preços.

11.4. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

11.5. O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

11.6. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

11.7. Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

11.8. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.

11.8.1 Em caso de prorrogação da ata, poderá ser renovado o quantitativo originalmente registrado.

12. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

12.1. Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:

12.1.1 dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação e excluído o percentual referente à margem de preferência, quando o objeto não atender aos requisitos previstos no art. 26 da Lei nº 14.133, de 2021; e

12.1.2 dos licitantes que mantiverem sua proposta original

12.2. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

12.2.1 A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

12.2.2 Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

12.3. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

12.3.1 quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

12.3.2 quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 28 e art. 29 do Decreto nº 11.462, de 2023.

12.4. Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

12.4.1 convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

12.4.2 adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

13. DOS RECURSOS

13.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

13.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

13.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

13.3.1 a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

13.3.2 o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

13.3.3 o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

13.3.4 na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

13.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

13.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

13.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

13.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

13.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

13.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

13.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no **e-mail** cpl@ufpi.edu.br.

14. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

14.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

14.1.1 deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo Pregoeiro durante o certame;

14.1.2 salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

14.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

14.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

14.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

14.1.2.4. deixar de apresentar amostra;

14.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital.

- 14.1.3 não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- 14.1.4 recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
- 14.1.5 apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;
- 14.1.6 fraudar a licitação;
- 14.1.7 comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

14.1.7.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

14.1.7.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

14.1.7.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada.

14.1.8 praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

14.1.9 praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013.

14.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, após regular processo administrativo, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

14.2.1 advertência;

14.2.2 multa;

14.2.3 impedimento de licitar e contratar e

14.2.4 declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

14.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

14.3.1 a natureza e a gravidade da infração cometida;

14.3.2 as peculiaridades do caso concreto;

14.3.3 as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

14.3.4 os danos que dela provierem para a Administração Pública;

14.3.5 a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

14.4. A multa será recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

14.4.1 Para as infrações previstas nos itens 14.1, 14.1.1 e 14.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

14.4.2 Para as infrações previstas nos itens 14.1.4, 14.1.5, 14.1.6, 14.1.7, 14.1.8 e 14.1.9, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

14.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

14.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

14.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 14.1, 14.1.1, 14.1.3 e 14.1.4, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

14.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 14.1.5, 14.1.6, 14.1.7, 14.1.8 e 14.1.9, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 14.1, 14.1.1, 14.1.3 e 14.1.4 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021.

14.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 14.1.4, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.

14.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

14.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

14.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

14.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

14.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

14.15. Para a garantia da ampla defesa e contraditório dos licitantes, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no Sicaf.

14.15.1 Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no Sicaf serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

15. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

15.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

- 15.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.
- 15.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelo e-mail: cpl@ufpi.edu.br.
- 15.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.
- 15.5. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro, nos autos do processo de licitação.
- 15.6. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

16. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 16.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.
- 16.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.
- 16.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.
- 16.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.
- 16.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 16.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- 16.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.
- 16.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.
- 16.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.
- 16.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico cpl@ufpi.edu.br.
- 16.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

- 16.11.1 Anexo I - Termo de Referência;
- 16.11.1.1. Apêndice do Anexo I – Estudo Técnico Preliminar;
- 16.11.2 Anexo II – Regras aplicáveis ao instrumento substitutivo ao contrato;
- 16.11.3 Anexo III – Termo de Ciência e concordância;
- 16.11.4 Anexo IV – Minuta de Termo de Contrato;

- 16.11.5 Anexo V – Minuta da Ata de Registro de Preços;
- 16.11.6 Anexo VI – Modelo de proposta;
- 16.11.7 Anexo VII – Declaração sobre a utilização de dados pessoais e sensíveis em processos licitatórios;
- 16.11.8 Anexo VIII – Relação de títulos possíveis de serem adquiridos.

Teresina-PI, 14 de abril de 2026



Documento assinado digitalmente
HUGO MARINNI SILVA ALENCAR
Data: 15/04/2026 11:50:38-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Hugo Marinni Silva Alencar

Pró-Reitor de Administração em exercício da UFPI



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ

ANEXO I

(Processo Administrativo nº 23111048910/2025-36)

TERMO DE REFERÊNCIA

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Aquisição de material bibliográfico para atender a demanda do curso de Medicina ofertado pelo Campus Amílcar Ferreira Sobral (CAFS) da Universidade Federal do Piauí nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANT.	VALOR TOTAL ESTIMADO (R\$)	DESCONTO MÍNIMO ACEITÁVEL (%)
1	Fornecimento de Acervo Bibliográfico da área de CIÊNCIAS DA SAÚDE – Nacionais	Acervo Bibliográfico	1	R\$ 700.000,00	29,27%

1.1.1. Em caso de discordância existente entre as especificações dos itens descritas no Comprasnet e/ou Nota de Empenho e as especificações constantes deste termo de referência, prevalecerão as do Termo de Referência (anexo I do Edital).

1.2. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

1.4. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados da emissão da nota de empenho, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.5. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2026, conforme detalhamento a seguir:

- I) ID PCA no PNCP: 065173800134-0-000001/2026;
- II) Data de publicação no PNCP: 13/05/2025;
- III) Id do item no PCA: 89;
- IV) Classe/Grupo: 7610;
- V) Identificador da Futura Contratação: 154048-10/2026;

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

- 4.1.1 A Contratada deve conduzir suas ações em conformidade com os requisitos legais aplicáveis, observando também a legislação ambiental para a prevenção de adversidades ao meio ambiente; e
- 4.1.2 Ainda com relação aos critérios de sustentabilidade, os serviços deverão respeitar as normas e os princípios ambientais minimizando ou mitigando os efeitos dos danos ao meio ambiente, utilizando, sempre que possível e disponível, tecnologias e materiais ecologicamente corretos, bem como promovendo a racionalização de recursos naturais.

Subcontratação

4.2. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação

4.3. Não haverá exigência da garantia da contratação dos art. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Entrega

5.1. O prazo de entrega dos bens é de 30 (trinta) dias, da emissão nota de empenho, em remessa única.

5.2. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 5 (cinco) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.3. Os bens deverão ser entregues no seguinte endereço Divisão de Desenvolvimento de Coleções da Biblioteca Comunitária, representada pela chefia Jociede da Silva Reis, SIAPE nº 1649214, situada no Campus Ministro Petrônio Portella, Bairro Ininga, SN, CEP: 64049-550, Teresina - PI, telefone: (86) 3215-5665, e-mail: jociede@ufpi.edu.br; bibliografia@ufpi.edu.br, de segunda a sexta, no horário das 8h às 18h.

Garantia, manutenção e assistência técnica

5.4. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor)

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

Fiscalização

6.5. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

Fiscalização Técnica

6.6. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.7. O fiscal técnico do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.8. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.9. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.10. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.11. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

Fiscalização Administrativa

6.12. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.13. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

6.14. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

Gestor do Contrato

6.15. Cabe ao gestor do contrato:

6.15.1 coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.15.2 acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.15.3 acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.15.4 emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.15.5 tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.15.6 elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.15.7 enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

7.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;

- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

7.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

7.2.1 Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.2 Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.3 Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

7.2.4 Multa:

7.2.4.1. Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de 0,5% (cinco décimos) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias

7.2.4.2. Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;

7.2.4.2.1 O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para apresentação, suplementação ou reposição da garantia autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

7.2.4.3. Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h” de 5% (cinco por cento) a 25% (vinte e cinco por cento) do valor da contratação.

7.2.4.4. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de 15% (quinze por cento) a 30% (trinta por cento) do valor da contratação.

7.2.4.5. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de 10% (dez por cento) a 25% (vinte e cinco por cento) do valor da contratação.

7.2.4.6. Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de 10% (dez por cento) a 25% (vinte e cinco por cento) do valor da contratação.

7.2.4.7. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, de 5% (cinco por cento) a 15% (quinze por cento) do valor da contratação.

7.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

7.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

7.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

7.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

7.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

7.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

7.8.1 Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

7.8.2 Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

7.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

7.9.1 a natureza e a gravidade da infração cometida;

7.9.2 as peculiaridades do caso concreto;

7.9.3 as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

7.9.4 os danos que dela provierem para o Contratante; e

7.9.5 a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

7.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

7.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

7.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

7.12.1 As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

7.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.14. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento

- 8.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.
- 8.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 10 (dez) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
- 8.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.
- 8.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 5 (cinco) dias úteis.
- 8.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.
- 8.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.
- 8.7. O prazo para a solução, pelo Contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.
- 8.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.
- 8.9. As atividades de montagem, instalação e quaisquer outras necessárias para o funcionamento ou uso do bem correrão por conta do Contratado e são condição para o recebimento do objeto.

Liquidação

- 8.10. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.
- 8.11. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 8.12. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:
- 8.12.1 o prazo de validade;
 - 8.12.2 a data da emissão;
 - 8.12.3 os dados do contrato e do órgão contratante;
 - 8.12.4 o período respectivo de execução do contrato;
 - 8.12.5 o valor a pagar; e

8.12.6 eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.13. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante;

8.14. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.15. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

8.15.1 verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;

8.15.2 identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

8.16. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

8.17. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.18. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

8.19. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

8.20. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

8.21. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice (IPCA) Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo de correção monetária.

Forma de pagamento

8.22. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

8.23. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.24. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8.25. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

8.26. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime.

No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Cessão de Crédito

8.27. As cessões de crédito dependerão de prévia aprovação do Contratante.

8.27.1 A eficácia da cessão de crédito, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

8.27.2 Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

8.27.3 O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

8.27.4 A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.

8.28. O disposto nesta seção não afeta as operações de crédito de que trata a Instrução Normativa SEGES/MGI nº 82, de 21 de fevereiro de 2025, as quais ficam por esta regidas.

Reajuste

8.29. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 02/02/2026.

8.30. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do índice (IPCA) Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

8.31. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

8.32. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

8.33. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

8.34. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

8.35. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

8.36. O reajuste será realizado por apostilamento.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento MAIOR DESCONTO.

Forma de fornecimento

9.2. O fornecimento do objeto será integral conforme a nota de empenho.

Critérios de aceitabilidade de preços

9.3. Em se tratando de contratação para registro de preços, caso adotado o critério de julgamento de maior desconto por item, o critério de aceitabilidade de preços unitários máximos será:

9.3.1 Valores unitários: conforme tabela constante no item 1.1 deste Termo de Referência.

Exigências de habilitação

9.4. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

9.5. pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

9.6. empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.7. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.8. sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.9. sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;

9.10. sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.11. filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

9.12. sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

9.13. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

9.14. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.15. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

9.16. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.17. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.18. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.19. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.20. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.21. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Disposições gerais sobre habilitação

9.22. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.23. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.24. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.25. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.26. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. O valor de referência para aplicação do maior desconto corresponde a R\$ 700.000,00 (setecentos mil reais).

10.2. Em caso de Registro de Preços, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

10.2.1 em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

10.2.2 em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

10.2.3 serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação; ou

10.2.4 poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

11.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

- I) Gestão/unidade: 154093;
- II) Fonte de recursos: 1000;
- III) Programa de trabalho: 230950;
- IV) Elemento de despesa: 44.90.52; e
- V) Plano interno: UO 26279.

11.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

12. DISPOSIÇÕES FINAIS

As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas.

Teresina-PI, 14 de abril de 2026.



Documento assinado digitalmente
JOCIEDE DA SILVA REIS
Data: 15/04/2026 14:22:24-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Jociede da Silva Reis – SIAPE 1649214
Bibliotecária Documentalista

ANEXO I
Regras aplicáveis ao instrumento substitutivo ao contrato

(Compra com entrega imediata e integral de bens adquiridos, sem previsão de obrigações futuras, inclusive quanto à assistência técnica, independentemente do valor - art. 95, inciso II, da Lei n. 14.133/2021)

1. FORMALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

- 1.1. O adjudicatário terá o prazo de 5 (cinco) dias, contado a partir da data de sua convocação, para aceitar o instrumento equivalente ao contrato Nota de Empenho, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas.
- 1.2. O prazo poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.
- 1.3. O aceite do instrumento equivalente pelo adjudicatário implica no reconhecimento de que:
 - 1.3.1 referido instrumento substitui o termo de contrato, sendo-lhe aplicáveis as disposições da Lei nº 14.133/2021;
 - 1.3.2 o Contratado se vincula à sua proposta e às previsões contidas no Edital, no Termo de Referência e em seus anexos, conforme Termo de Ciência e Concordância (Anexo II).

2. VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

- 2.1. O prazo de vigência da contratação é aquele estabelecido no Termo de Referência, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 2.2. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do Contratado, previstas neste instrumento.

3. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

- 3.1. São obrigações do Contratante:
 - 3.1.1 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o Termo de Referência e seus anexos;
 - 3.1.2 Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
 - 3.1.3 Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;
 - 3.1.4 Acompanhar e fiscalizar a execução contratual e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
 - 3.1.5 Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no Termo de Referência e neste Anexo;
 - 3.1.6 Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e no Termo de Referência;
 - 3.1.7 Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

3.1.8 Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução contratual, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

3.1.8.1. A Administração terá o prazo de 1 (um) mês, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

3.1.9 Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo Contratado no prazo máximo de 1 (um) mês.

3.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do objeto contratual, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

4. OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

4.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes do Termo de Referência e deste Anexo, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

4.1.1 Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português;

4.1.2 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor;

4.1.3 Comunicar ao Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

4.1.4 Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor contratuais ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

4.1.5 Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal contratual, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

4.1.6 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

4.1.7 Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o Contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização contratual, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:

4.1.7.1. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

4.1.7.2. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

4.1.7.3. certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do Contratado;

4.1.7.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e

4.1.7.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

4.1.8 Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, incluindo taxa de administração, frete,

seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante e não poderá onerar o objeto da contratação;

4.1.9 Comunicar ao Fiscal, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

4.1.10 Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

4.1.11 Manter, durante toda a vigência da contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação ou para qualificação na contratação direta;

4.1.12 Cumprir, durante todo o período de execução contratual, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;

4.1.13 Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pela fiscalização contratual, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;

4.1.14 Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência da execução do objeto;

4.1.15 Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

4.1.16 Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

4.1.17 Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

4.1.18 Cumprir as normas de proteção ao trabalho, inclusive aquelas relativas à segurança e à saúde no trabalho;

4.1.19 Não submeter os trabalhadores a condições degradantes de trabalho, jornadas exaustivas, servidão por dívida ou trabalhos forçados;

4.1.20 Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos de idade, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos de idade, observada a legislação pertinente;

4.1.21 Não submeter o menor de dezoito anos de idade à realização de trabalho noturno e em condições perigosas e insalubres e à realização de atividades constantes na Lista de Piores Formas de Trabalho Infantil, aprovada pelo Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008;

4.1.22 Receber e dar o tratamento adequado a denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho.

5. DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

5.1. A contratação será extinta quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

5.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para a contratação.

5.3. Quando a não conclusão do objeto referida no item anterior decorrer de culpa do Contratado:

5.3.1 ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e

5.3.2 poderá a Administração optar pela extinção contratual e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

5.4. A contratação poderá ser extinta antes de cumpridas as obrigações nela estipuladas, ou antes do prazo fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

5.4.1 Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

5.4.2 A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o objeto.

5.4.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

5.5. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

5.5.1 Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

5.5.2 Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

5.5.3 Indenizações e multas.

5.6. A extinção contratual não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

5.7. A contratação poderá ser extinta caso se constate que o Contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou na contratação direta, ou atue na fiscalização ou na gestão contratuais, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

6. DOS CASOS OMISSOS

6.1. Os casos omissos serão decididos pelo Contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

7. ALTERAÇÕES

7.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. O Contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado da contratação.

7.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

7.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do Contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

7.5. Registros que não caracterizam alterações contratuais podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

8. FORO

8.1. Fica definido o Foro da Justiça Federal em Teresina-PI, Seção Judiciária de Teresina-PI para dirimir os litígios que decorrerem da execução contratual que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

ANEXO II
TERMO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA

Por meio deste instrumento, (identificar o Contratado) declara que está ciente e concorda com as disposições e obrigações previstas no Edital, no Termo de Referência e nos demais anexos a que se refere o Pregão nº...../20....., bem como que se responsabiliza, sob as penas da Lei, pela veracidade e legitimidade das informações e documentos apresentados durante o processo de contratação.

Local-UF, de de 20...

(Nome e Cargo do Representante Legal)

FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUI

Estudo Técnico Preliminar 139/2025

1. Informações Básicas

Número do processo: 23111.048910/2025/36

2. Descrição da necessidade

- 2.1 A contratação se justifica ante a necessidade de aquisição de material bibliográfico da área da saúde para o curso de **Bacharelado em Medicina**, a ser implantado no **Campus Amílcar Ferreira Sobral/CAFS/UFPI**, para o pleno acesso dos alunos e professores, contribuindo com o ensino, a pesquisa e extensão.
- 2.2 A Universidade Federal de Piauí (UFPI) A UFPI tem como missão promover a educação superior de qualidade, com vista à formação de sujeitos comprometidos com a ética e capacitados para atuarem em prol do desenvolvimento regional, nacional e internacional." (PDI- 2020/2024).
- 2.3 Como uma Universidade contemporânea, a UFPI não pode deixar de cumprir funções, antecipar e atender solicitações da sociedade global que se renovam, mudam, se ampliam e exigem, sobretudo, novas competências institucionais (entendidas como a capacidade técnica e ética de responder a tais solicitações e antecipá-las) que precisam ser desenvolvidas enquanto projeto institucional duradouro, sem, no entanto, abandonar as exigências de responsabilidade moral, de cuidado com o meio ambiente e de respeito à diversidade cultural como fundamentos de uma convivência social mais igualitária, responsável e justa.
- 2.4 Nesse sentido, dentre os valores adotados pela UFPI, estão a criatividade visando inovar teórica e aplicativamente, na construção interdisciplinar de conhecimentos relevantes à transformação socioambiental e a sustentabilidade que tem como objetivo produzir conhecimento eticamente responsável, consciente de que desenvolvimento econômico e social é perfeitamente compatível com preservação ambiental.
- 2.5 Para contribuir com a comunidade acadêmica na concretização desses valores e seus objetivos, foi criado o Sistema Integrado de Bibliotecas da Universidade Federal de Piauí – SIBi/UFPI, cujo objetivo é difundir informação, democratizar o conhecimento acadêmico e apoiar as atividades de ensino, pesquisa e extensão da UFPI.
- 2.6. O Sistema é formado pela Biblioteca Comunitária mais 8 bibliotecas localizadas nos Centros Acadêmicos (CCE, CCN, CCS, CCHL e CCA) e Campis fora de Sede (Floriano, Picos e Bom Jesus) . Juntas, reúnem em sua coleção com 87.813 títulos e mais de 215 mil exemplares.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Órgão Suplementar Biblioteca Comunitária	Rigoberto Veloso de Carvalho

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

- 4.1 Os bens de consumo a serem adquiridos se enquadram como bens comuns, pois os padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos, por meio de especificações usuais de mercado, consoante Lei nº 10.520/2002 e Decreto nº 10.024/2019.

4.2. Os bens desta aquisição deverão ser entregues diretamente à chefia da Divisão de Desenvolvimento de Coleções da Biblioteca Comunitária, representada pela Servidora Jociede da Silva Reis, SIAPE nº 1649214, situada no Campus Ministro Petronio Portella, Bairro: Ininga, SN, CEP: 64049-550, Teresina - PI pelo telefone (86) 3215-5665, e-mail: jociede@ufpi.edu.br; biblioggrafia@ufpi.edu.br, mediante prévio agendamento, no prazo de até 30 (trinta) dias, contados do recebimento da Nota de Empenho pela Contratada, em remessa única, devidamente acompanhada da nota fiscal, dentro dos requisitos estabelecidos no Edital e seus anexos, da de segunda a sexta, no horário das 8h às 18h.

4.3. Os bens objeto desta aquisição estão dentro da padronização seguida pelo órgão, conforme especificações técnicas e requisitos de desempenho constantes do Catálogo Unificado de Materiais - CATMAT do Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais - SIASG.

4.4. Os requisitos técnicos desta contratação são:

4.4.1 Possuir, obrigatoriamente, registro ISBN (International Standard Book Number);

4.4.2 Ter, preferencialmente, registro de direitos autorais (EDA);

4.4.3 Oferecer livros/exemplares novos e edição mais atualizada (ou seja, em sua última edição), sem rasuras, sem manchas, sem defeitos de impressão e encadernação e devidamente embalados, devendo, quando necessário, ser realizada troca, sem quaisquer ônus adicionais para a Contratante, caso se encontrem com algum defeito de edição ou que divirjam do que foi proposto;

4.4.4 Oferecer material bibliográfico disponível no mercado interno (nacional) e ou externo (livros importados), impresso em papel por editoras comerciais, oficiais, universitárias e de entidades de classe, considerando as normas técnicas existentes elaboradas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, obedecendo a requisitos de qualidade, utilidade, resistência e segurança nos termos da Lei nº 4.150/1962.

4.4.5 Ofertar livros/exemplares com qualidade e sem a presença de sinais de ter sido utilizado ou lido;

4.4.6 Apresentar os bens com a sobrecapa e o plástico de proteção original intacto, se houver;

4.4.7 Incluir materiais suplementares como códigos de acesso e materiais digitais, se houver, funcionando corretamente e válidos, devendo não apresentar qualquer marca, manchas, rasgos, arranhões, cores destoantes do restante da publicação em sua capa e páginas internas.

5. Levantamento de Mercado

5.1 Para a elaboração deste ETP, visando ao levantamento de mercado com o escopo de definir o tipo e solução a contratar na Administração Pública, observou-se que no mercado ofertante da solução de LIVROS FÍSICOS/IMPRESSOS NACIONAIS e IMPORTADOS a solução para aquisição dos referidos bens será o pregão eletrônico, que garante celeridade do procedimento licitatório sem perder qualidade, uma vez que nesta modalidade ocorre inversão de fases e menores prazos. Além disso, facilita o alcance de competidores, assegurando de maneira mais prática maior competitividade.

5.2 Dessa forma, o Pregão Eletrônico garante maior vantajosidade econômica para Administração, pois: (a) os custos com a licitação acabam sendo significativamente menores em comparação com outras modalidades de licitação; (b) é possível alcançar um número maior de fornecedores, permitindo que haja uma ampliação da competitividade e, consequentemente, possibilitando que os competidores ofereçam preços menores mantendo a qualidade das propostas; (c) e, por fim, garantindo maior sustentabilidade socioambiental, uma vez que há uma redução expressiva no uso de recursos naturais, a exemplo do papel.

5.3 Foi enviado e-mails aos fornecedores participantes de pregões anteriores anteriores visando cotação dos títulos constantes nas planilhas em anexo e obtivemos retorno de um fornecedor conforme orçamento em anexo.

6. Descrição da solução como um todo

6.1 A aquisição de LIVROS FÍSICOS/IMPRESSOS NACIONAIS e IMPORTADOS da área de graduação da área da saúde ocorrerá de forma parcelada, a depender da disponibilidade do mercado livreiro e visa compor o acervo bibliográfico do Curso de Medicina a ser implantado no Campus Amílcar Ferreira Sobral/CAFS, conforme especificações constantes nas planilhas anexadas a este instrumento, mediante Pregão Eletrônico, tipo MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO OU MENOR PREÇO, conforme Lei 14.133/2021, Art. 6º- XLI.

6.2 Conforme legislação vigente, o objeto deste processo não têm margem de preferência.

6.3 Os livros serão recebidos pela Biblioteca Comunitária da UFPI mediante registro em Termo de Recebimento a ser lavrado em até 10 (dez) dias úteis e firmado por servidor designado para esse fim, conjuntamente com representante credenciado pela adjudicatária, que acompanhará a conferência dos mesmos. O recebimento será em remessa única no prazo previsto de 30 (trinta) dias, em conformidade com os prazos estabelecidos neste Termo.

6.4 A entrega deverá ser agendada previamente com a chefia da Divisão de Desenvolvimento de Coleções.

6.5 Por fim, a solução visa suprir a demanda da comunidade acadêmica da UFPI/CAFS com a implementação do acervo bibliográfico da área da saúde gerenciado pelo SIBi/UFPI.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

7.1 As estimativas a serem contratadas estão especificadas de forma detalhada na planilha anexada ao processo, perfazendo um total aproximado de **447 títulos**. Os títulos adquiridos são da área do conhecimento Ciências da Saúde.

7.2 A Equipe de Planejamento da Contratação e o Responsável da área requisitante observaram que este tipo de contratação geralmente é realizada tendo como limite a capacidade orçamentária que a UFPI destinará à mesma anualmente, uma vez que o valor de cada exemplar a ser adquirido será obtido através da aplicação do MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO sobre o “valor de capa” praticado pelas editoras/distribuidoras no Brasil. Desta forma, a contratação em tela deverá ser efetivada em função do valor máximo anual em que a UFPI estima aplicar na aquisição de livros, sendo o critério de escolha do fornecedor o maior desconto sobre o “valor de capa” praticado pelas editoras/distribuidoras no Brasil, conforme condições estabelecidas no Edital, Termo de Referência e demais anexos.

7.3 Vários órgãos do governo realizaram este tipo de contratação utilizando o maior desconto sobre o “valor de capa” praticado pelas editoras/distribuidoras no Brasil, sendo exemplificados pela Universidade Federal do Ceará / UASG 153045 (Pregão Eletrônico nº 44/2021); Universidade Federal Rural de Pernambuco / UASG 153165 (Pregão Eletrônico nº 01/2022); Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense / UASG 158125 (Pregão Eletrônico nº 17/2022);

7.4 Para o dimensionamento das quantidades a serem contratadas, utilizou-se os seguintes parâmetros:

7.4.1 Consolidação dos quantitativos demandados pela Biblioteca Setorial do CAFS/UFPI registrados na planilha encaminhadas à Divisão de Desenvolvimento de Coleções;

7.4.2 Relatórios de acervo para recebimento de Comissões de Avaliação do Curso pelo MEC, observando os títulos do Projeto Pedagógico do Curso de Bacharelado em Medicina.

7.5 O orçamento variável interfere diretamente no acúmulo e não atendimento total de demandas e no alcance da meta de 40% de atualização e expansão dos acervos previstos no PDI 2020/2024, conforme demonstração abaixo:

- 2019: R\$ 87.8223
- 2020/2021: R\$ 500.000,00
- 2022: R\$ 24.918,63 (Psicologia)
- 2023/2024: R\$ 150.000,00
- 2024/2025: R\$ 280.000,00

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 700.000,00

8.1 O custo estimado da contratação é de R\$ 700.000,00 (setecentos mil reais).

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

9. O parcelamento da Solução visa otimizar a contratação, buscando a melhor relação custo-benefício e a ampla participação de licitantes, conforme a disponibilidade dos fornecedores e do mercado livreiro.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

10.1 Não há, no âmbito desta UFPI, contratações correlatas com o objeto da contratação em exame neste documento.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

11.1 A presente contratação está com a previsão orçamentária solicitada no Plano de Contratações Anual (PCA) do ano 2026, de acordo com a IN SEGES/ME nº 1/2019. A contratação nº 50/2025 foi cadastrada pelo Setor Requisitante, vinculada a contratação e autorizada pela unidade Competente (PROPLAN).

11.2 A implantação do acervo para a Biblioteca Setorial do Campus Amílcar Ferreira Sobral/CAFS é, portanto, fundamental como ferramenta para construção de conhecimentos e competências científicas e técnicas, uma vez que contribuirão com a comunidade acadêmica da UFPI para o ensino, a pesquisa e extensão.

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

12.1 Pretende-se com esta contratação atingir os seguintes objetivos:

12.1.1 oferecer à comunidade acadêmica do CAFS/UFPI um acervo amplo e atualizado, para apoio ao ensino, pesquisa e extensão para o curso de Medicina.

12.1.2 assegurar que a comunidade acadêmica tenha acesso ao acervo bibliográfico atualizado;

12.1.3 permitir que o Sistema de Bibliotecas da UFPI atenda aos objetivos estratégicos estabelecidos no PDU e no PDI; e

12.1.4 melhorar os índices de avaliação dos cursos garantindo mais recursos, credibilidade e visibilidade Institucional.

12.2 Assim sendo, encontra-se dentre as competências do SIBi/UFPI, a de promover a implantação e contínua atualização do acervo bibliográfico, visando eficiência, eficácia, efetividade, economicidade, sustentabilidade, além da melhoria da qualidade dos serviços oferecidos à comunidade acadêmica, contribuindo com a formação acadêmica dos discentes e docentes da UFPI e, por conseguinte, contribuindo para cada vez mais melhorar a qualidade dos cursos de graduação oferecidos pela UFPI.

13. Providências a serem Adotadas

3.1 Não serão necessárias adequações dos ambientes, tampouco capacitação de servidores, dado que para a implantação da solução, a estrutura física e de pessoal da UFPI conta com capacidade para implantação imediata.

14. Possíveis Impactos Ambientais

14.1 Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

14.1.1 A Contratada deve conduzir suas ações em conformidade com os requisitos legais aplicáveis, observando também a legislação ambiental para a prevenção de adversidades ao meio ambiente; e

14.1.2 Ainda com relação aos critérios de sustentabilidade, os serviços deverão respeitar as normas e os princípios ambientais minimizando ou mitigando os efeitos dos danos ao meio ambiente, utilizando, sempre que possível e disponível, tecnologias e materiais ecologicamente corretos, bem como promovendo a racionalização de recursos naturais.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara viável esta contratação.

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

KAMYLA LOPES NUNES SOBREIRO

Agente de contratação



Assinou eletronicamente em 20/01/2026 às 10:37:02.

JOCIEDE DA SILVA REIS

Agente de contratação



Assinou eletronicamente em 20/01/2026 às 09:59:20.

Documento assinado digitalmente



CLESIA MARIA DE SOUSA BARBOSA
Data: 20/01/2026 15:03:00-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

CLESIA MARIA DE SOUSA BARBOSA

Agente de contratação

Documento assinado digitalmente



BRENO JUCA BARBOSA
Data: 20/01/2026 14:02:09-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

BRENO JUCA BARBOSA

Agente de contratação

Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - PROPOSTA SK - UFPI AMÍLCAR FERREIRA SOBRAL ORC 9777.pdf (995.72 KB)
- Anexo II - Relatorio dos livros de Medicina.pdf (232.89 KB)

ANEXO IV

MODELO DE TERMO DE CONTRATO
Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ

(Processo Administrativo nº 23111048910/2025-36)

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº xx/xxxx, QUE FAZEM
ENTRE SI A FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO
PIAUÍ

A Fundação Universidade Federal do Piauí, com sede no(a) Campus Universitário Ministro Petrônio Portella, S/N – Bairro: Ininga, Cep.: 64.049-550 na cidade de Teresina-PI inscrito(a) no CNPJ sob o nº 06.517.387/0001- 34 neste ato representado(a) pelo(a) [cargo e nome], nomeado(a) pela Portaria nº XX, de [dia] de [mês] de [ano], publicada no DOU de [dia] de [mês] de [ano], portador da Matrícula Funcional nº [nº matrícula], doravante denominado CONTRATANTE, e o(a) [CONTRATADO], inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº [CNPJ], sediado(a) na [endereço], na cidade de [cidade]/[UF], doravante designado CONTRATADO, neste ato representado(a) por [nome e função no CONTRATADO], conforme [atos constitutivos da empresa] **OU** [procuração apresentada nos autos], tendo em vista o que consta no Processo nº 23111048910/2025-36 e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do(a) Pregão Eletrônico nº 90008/2026, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a aquisição de material bibliográfico para atender a demanda do curso de Medicina ofertado pelo Campus Amílcar Ferreira Sobral (CAFS) da Universidade Federal do Piauí, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. Objeto da contratação:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1						

2						
3						
...						

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- 1.3.1. O Termo de Referência;
- 1.3.2. O Edital da Licitação;
- 1.3.3. A Proposta do CONTRATADO;
- 1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados do(a) assinatura do contrato ou instrumento equivalente, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

- 2.1.1. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do CONTRATADO, previstas neste instrumento.

CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. As regras sobre a subcontratação do objeto são aquelas estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA QUINTA – PREÇO

5.1. O valor total da contratação é de R\$ xxxxxx (xxxxxxxxxx).

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao CONTRATADO dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO

6.1. O prazo para pagamento ao CONTRATADO e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE

7.1. As regras acerca do reajuste do valor contratual são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

8.1. São obrigações do CONTRATANTE:

8.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo CONTRATADO, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.1.3. Notificar o CONTRATADO, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;

8.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo CONTRATADO;

8.1.5. Efetuar o pagamento ao CONTRATADO do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência.

8.1.6. Aplicar ao CONTRATADO as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.1.7. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo CONTRATADO;

8.1.8. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

8.1.8.1. A Administração terá o prazo de 1 (um) mês, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

8.1.9. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo CONTRATADO no prazo máximo de 1 (um) mês;

8.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo CONTRATADO com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do CONTRATADO, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

9.1. O CONTRATADO deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.2. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.3. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens e serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo CONTRATANTE, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.5. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o CONTRATADO deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:

- 9.5.1. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;
- 9.5.2. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
- 9.5.3. certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do CONTRATADO;
- 9.5.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e
- 9.5.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

9.6. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao CONTRATANTE e não poderá onerar o objeto do contrato;

9.7. Comunicar ao Fiscal do contrato tempestivamente, observada a urgência da situação, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual, não ultrapassando o prazo de 24 (vinte e quatro) horas;

9.8. Paralisar, por determinação do CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;

9.9. Manter, durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação ou para qualificação na contratação direta;

9.10. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;

9.11. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;

9.12. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

9.13. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

9.14. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do CONTRATANTE;

9.15. Cumprir as normas de proteção ao trabalho, inclusive aquelas relativas à segurança e à saúde no trabalho;

9.16. Não submeter os trabalhadores a condições degradantes de trabalho, jornadas exaustivas, servidão por dívida ou trabalhos forçados;

9.17. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos de idade, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos de idade, observada a legislação pertinente;

9.18. Não submeter o menor de dezoito anos de idade à realização de trabalho noturno e em condições perigosas e insalubres e à realização de atividades constantes na Lista de Piores Formas de Trabalho Infantil, aprovada pelo Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008;

9.19. Receber e dar o tratamento adequado a denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho;

9.20. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

9.21. Comunicar ao CONTRATANTE, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

CLÁUSULA DÉCIMA - OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

10.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

10.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

10.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

10.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo CONTRATADO.

10.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do CONTRATADO eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

10.6. É dever do CONTRATADO orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

10.7. O CONTRATADO deverá exigir de SUBOPERADORES e SUBCONTRATADOS o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

10.8. O CONTRATANTE poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o CONTRATADO atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

10.9. O CONTRATADO deverá prestar, no prazo fixado pelo CONTRATANTE, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

10.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

10.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

10.11. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

10.12. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

11.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1. As regras acerca de infrações e sanções administrativas referentes à execução do contrato são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

13.1. O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

13.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

13.2.1. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do CONTRATADO:

13.2.1.1. ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e

13.2.1.2. poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotar as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

13.3. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133, de 2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.4. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

13.5. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

13.6. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

13.7. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

13.7.1. Do balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.7.2. Da relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

13.7.3. Das indenizações e multas.

13.8. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

13.9. O CONTRATANTE poderá ainda:

13.9.1. nos casos de obrigação de pagamento de multa pelo CONTRATADO, reter a garantia prestada a ser executada, conforme legislação que rege a matéria; e

13.9.2. nos casos em que houver necessidade de ressarcimento de prejuízos causados à Administração, nos termos do inciso IV do art. 139 da Lei nº 14.133, de 2021, reter os eventuais créditos existentes em favor do CONTRATADO decorrentes do contrato.

13.10. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o CONTRATADO mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou na contratação direta, ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – ALTERAÇÕES

14.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

14.2. O CONTRATADO é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do CONTRATANTE, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

14.5. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

15.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

- I) Gestão/unidade: 154093;
- II) Fonte de recursos: 1000;
- III) Programa de trabalho: 230950;
- IV) Elemento de despesa: 44.90.52; e
- V) Plano interno: [...]; e
- VI) Nota de empenho: [...];

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DOS CASOS OMISSOS

16.1. Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO

17.1. Incumbirá ao CONTRATANTE divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – FORO

18.1. Fica eleito o Foro da Justiça Federal em Teresina-PI, Seção Judiciária de Teresina-PI para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

Teresina-PI, XX de XX de XXXX.

Representante legal do CONTRATANTE

Representante legal do CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

1-

2-



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ

ANEXO V

Processo Administrativo nº 23111048910/2025-36

Ata de Registro de Preços nº XX/XXXX

O(A) Universidade Federal do Piauí, com sede no(a) no Campus Universitário Ministro Petrônio Portella, S/N – Bairro: Ininga, Cep.: 64.049-550 –na cidade de Teresina-PI, inscrito(a) no CNPJ sob o nº 06.517.387/0001-34, neste ato representado(a) pelo(a) [cargo e nome], nomeado(a) pela Portaria nº XX, de [dia] de [mês] de [ano], publicada no DOU de [dia] de [mês] de [ano], portador da Matrícula Funcional nº [nº matrícula], considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº/202...., publicada no de/...../202....., processo administrativo n.º 23111048910/2025-36, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual aquisição de material bibliográfico para atender a demanda do curso de Medicina ofertado pelo Campus Amílcar Ferreira Sobral (CAFS) da Universidade Federal do Piauí, especificado(s) no Termo de Referência, anexo I do edital de licitação n.º 90008/2026 que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

RAZÃO SOCIAL/CNPJ: XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX					
ENDEREÇO: XXXXXXXXXXXX					
E-MAIL: XXXXXXXXXXXX					
TELEFONE: XXXXXXXXXXXX					
Nº ITEM	DESCRIÇÃO DO TR	QTD	UNIDADE DE MEDIDA	VALOR OFERTADO/NEGOCIADO	VALOR TOTAL MÁXIMO
VALOR TOTAL					R\$

2.2. Quando houver formação de cadastro de reserva, a listagem referente constará como anexo a esta Ata.

3. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

3.1. O órgão gerenciador será a Universidade Federal do Piauí.

3.2. Além do gerenciador, não há órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços.

4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. Não será admitida a adesão à ata de registro de preços decorrente desta licitação, conforme justificativa apresentada no processo administrativo

Vedação a acréscimo de quantitativos

4.2. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

5.1.1. Em caso de prorrogação da ata, *poderá* ser renovado o quantitativo originalmente registrado.

5.1.2. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

5.1.3. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

5.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

5.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.4. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

5.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital e se obrigar nos limites dela;

5.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

5.4.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

5.4.2.2. Mantiverem sua proposta original.

5.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

5.5. O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

5.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

5.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

5.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital; e

5.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.

5.8. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

5.9. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

5.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

5.10. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

5.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, observando o item 5.7 e subitem, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

5.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital poderá:

5.12.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

5.12.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

5.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

6.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

6.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

6.1.3. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

6.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

6.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

7.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

7.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciar negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

7.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

7.2.2. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos

termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

7.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.

7.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

7.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

7.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

8. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

8.2. O remanejamento somente poderá ser feito:

8.2.1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

8.2.2. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

8.3. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

8.4. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.

8.5. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

8.6. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

8.7. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 8.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

9.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou

9.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

9.4.1. Por razão de interesse público;

9.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

10. DAS PENALIDADES

10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.

10.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

10.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).

10.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

11. CONDIÇÕES GERAIS

11.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo ao edital.

11.2. No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 2 (duas) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

Local e data

Assinaturas

Representante legal do órgão gerenciador e representante(s) legal(is) do(s) fornecedor(s)
registrado(s)

Anexo

Cadastro Reserva

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que aceitaram cotar os itens com preços iguais ao adjudicatário:

Item do TR	Fornecedor <i>[razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante]</i>							
X	Especificação	Marca <i>(se exigida no edital)</i>	Modelo <i>(se exigido no edital)</i>	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade Mínima	Valor Unitário	Prazo garantia ou validade

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que mantiveram sua proposta original:

Item do TR	Fornecedor <i>[razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante]</i>							
X	Especificação	Marca <i>(se exigida no edital)</i>	Modelo <i>(se exigido no edital)</i>	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade Mínima	Valor Unitário	Prazo garantia ou validade



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
Coordenadoria de Compras e Licitações**

ANEXO VI

Modelo de Proposta Comercial

Local, ____ de ____ de 20XX.

À UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ

Referente: Edital de Pregão Eletrônico nº 90008/2026

Prezado(a) Senhor(a),

A planilha de quantitativo e custos contém a descrição dos **materiais** que compõem a solução proposta, incluindo a respectiva marca, unidade de fornecimento, quantidade e valor total expresso em reais (R\$).

Nº ITEM	DESCRIÇÃO DO MATERIAL	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL

VALOR TOTAL por extenso:

- a) **APRESENTAMOS A PRESENTE PROPOSTA COMERCIAL** À UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ, relativamente ao **fornecimento de material**, objeto do Pregão Eletrônico **90008/2026**, conforme especificações técnicas descritas no ANEXO I, pela qual declaramos pleno conhecimento e total concordância com os termos do Edital respectivo, bem assim com as condições estabelecidas para a contratação;
- b) Compreendemos, na íntegra, o Edital supramencionado e afirmamos que nossa proposta é perfeitamente exequível aos preços finais que ofertamos nesta licitação, bem assim que temos plenas condições de executar o objeto licitado, manifestando total concordância em realizá-lo conforme disposto no Edital, respeitando especificações, requisitos, prazos e condições do fornecimento, inclusive nas hipóteses do art. 125, da Lei n. 14.133/21;
- c) Esta empresa proponente cumpre plenamente todos os requisitos para habilitação e que, até a presente data, inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no presente processo licitatório, estando ciente e compromissada na obrigação de declarar ocorrências posteriores;
- d) Mantendo nenhum vínculo de dependência ou subordinação com quaisquer outras empresas licitantes neste certame;



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
Coordenadoria de Compras e Licitações**

- e) Para fins do disposto no inciso VI do art. 68 da Lei n. 14.133, de 01 de abril de 2021, acrescido pela Lei n. 9.854, de 27 de outubro de 1999, a proponente não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos, salvo a partir dos quatorze anos na condição de aprendiz;
- f) Que se responsabiliza formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, reconhecendo como verdadeiras as propostas, ofertas e demais atos praticados no COMPRASGOVERNAMENTAIS, diretamente e/ou por representante, neste certame;
- g) As obrigações que impliquem custos e formação de preços que não fizemos constar desta proposta serão suportadas por nós proponentes, incluindo todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação;
- h) Todos os cálculos foram feitos com base nos preços vigentes no mercado, pelo que ofertamos os valores supracitados;
- i) Que declara para fins de comprovação perante a UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ, que estamos cientes que o objeto do Pregão Eletrônico 90008/2026 é Sistema de Registro de Preços, ou seja, o pagamento será efetivado conforme as necessidades dos **materiais** e que detemos condições operacionais para disponibilizar todos os materiais, quando solicitados, conforme estabelece o edital e seus anexos.
- j) Esta é a proposta que apresentamos à Universidade Federal do Piauí, pelo que solicitamos que a tomem como firme e irretratável, na forma do Edital e da legislação aplicável.
- k) **BANCO:** _____ **AG:** _____ **C/C:** _____ **TITULAR:**

- l) **Validade da Proposta:** ____ dias (no mínimo 90 dias)

Local, data – carimbo/CNPJ

Assinatura do Representante da Empresa

O representante deverá rubricar em todas as folhas da proposta e assinar a última



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Universidade Federal do Piauí – UFPI
Campus Amílcar Ferreira Sobral (CAFS)

**Comissão para elaboração da proposta de criação do curso de Medicina no
CAFS/UFPI – Ato da Reitoria Nº 730/2024**

Relatório de livros a serem adquiridos para o curso de Bacharelado em Medicina a ser implantado no CAFS/UFPI. Quantidade de cada título deve ser de, pelo menos, 06 (seis) exemplares.

ABBAS, A.K.; KUMAR, V. FAUSTO, N. Patologia . 7. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.
ABBAS, A.K.; LICHTMAN, A.; PILLAI, H. Imunologia Celular e Molecular . 10. Ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2023.
ABBAS, Abul K.; LICHTMAN, Andrew H.; PILLAI, Shivi. Imunologia Celular e Molecular . Rio Janeiro: Guanabara Koogan, 2023.
ABRAHAMS, Peter H. Atlas clínico de anatomia humana . 6. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.
ACOSTA AR, Vital E FMA (Org). Família: redes, laços e políticas públicas . 7. ed. Cortez: São Paulo, 2018.
ADAMS, R.D.; VICTOR, M.; ROPPER, A.H. Princípios de neurologia . 6. ed. Rio de Janeiro: Dilivros, 2021.
AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA. Higienização das mãos em serviços de saúde . Brasília:[s.n.].
AKRE, James. Alimentação Infantil-Bases Fisiológicas . Organização da Saúde, Genebra, 1997.
ALCANTARA, H.R. Deontologia e Diceologia . S. Paulo: ANDREI, 1979.
ALCANTARA, H.R. Perícia Medica Judicial . 2.ed. Rio de Janeiro: Guanabara Kogan, 2006.
ALMA-ATA. Cuidados primários de saúde: Relatório da Conferência Internacional sobre cuidados primários de Saúde . Alma-Ata, URSS, 6-12 de setembro de 1978. Brasília: UNICEF, 1979.
ALMEIDA, Eros Antonio; WNADERLY, Jamiro da Silva. Semiologia Médica e as Síndromes Clínicas . Rio de Janeiro: Thieme Revinter, 2023.
ALMEIDA, M.H.M. Validação do C.I.C.Ac. Instrumento para Classificação de Idosos quanto à Capacidade para o AUTOCUIDADO . São Paulo; 2003. [Tese de Doutorado - Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo].
ALTERTHUM, F. Microbiologia . 7. ed. São Paulo: Atheneu, 2024.
AMARAL Deborah; TRISTÃO, Adriana Rodrigues. Citologia, Histologia e Embriologia facilitadas em forma de exercícios . São Paulo, Rona Editora, 2022.

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais - DSM-5-TR: Texto Revisado . 5.ed. Rio de Janeiro: Artmed, 2023.
ANELLI, A. Manual prático de condutas em oncologia clínica . São Paulo: Lemar, 2000.
APOLINÁRIO, F. Metodologia da Ciência . Filosofia e Prática da Pesquisa. Penso, 2011.
ARCHANJO, Anderson Barros; BORÇOI, Aline Ribeiro; MENDES, Suzanny Oliveira. Avanços metodológicos em biologia molecular e biotecnologia . São Paulo; Editora Athena, 2021.
ARGENTE, Horacio; ÁLVAREZ, Marcelo E. Semiologia Médica . 12 ed. Rio de Janeiro: Ed. Guanabara Koogan, 2021.
ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. ABNT NBR 6023: informação e documentação: referências: elaboração . Rio de Janeiro: ABNT, 2020.
ATLS . 10. ed. Chicago: American College of Surgeons, 2018.
AULER Jr, COSTA José Otávio e MIYOSHI, Érika. Manual teórico de anestesiologia para o aluno de graduação . Livraria: Atheneu. 2001.
AVIGO, Deoclecio; OLIVEIRA, Aline de Souza; VALLADÃO JÚNIOR, José Benedito Ramos. Manual de Condutas em Atenção Primária à Saúde . São Paulo: Atheneu, 2022.
AVILA-PIRES, FERNANDO DIAS DE. Princípios de ecologia médica . 3. ed. Florianópolis: Editora da UFSC. 2006.
BALINT, M. O médico, seu paciente e a doença . Rio de Janeiro: Atheneu, 2001.
BALLINGER, A.; PATCHETT, S. Manual de Fundamentos de Clínica Médica . 3 ed. São Paulo: Livraria Santos Editora, 2003.
BARACAT, E.C. Condutas em Ginecologia Baseadas em Evidências: Protocolos Assistenciais Clínica Ginecológica do Hospital das Clínicas . FMUSP. São Paulo: Atheneu, 2016.
BARASH, P.G., et al. Manual de Anestesiologia Clínica . 7. e d. São Paulo: Artmed, 2014.
BARBOSA, Aline dos Santos; ROMANI-DIAS, Marcello; ALBUQUERQUE, Nina. Gestão Estratégica de Serviços . São Paulo: Freitas Bastos, 2023.
BARRETO, Priscila. Nutrição enteral e parenteral na prática clínica . Rio de Janeiro: Editora Manole, 2023.
BARROSO-SOUSA, Romualdo; FERNANDES, Gustavo. Oncologia: princípios e prática clínica . São Paulo, Manole, 2022.
BASTOS, Á.C. Ginecologia . 10. ed. São Paulo: Atheneu, 1998.
BATES, B. Propedêutica Médica . 13. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2022.
BAYNES, J. DOMINICZAK, M. H. Bioquímica Médica . 3. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.
BEAUVOIR, S. A velhice . 2.ed. São Paulo: Difel, 2018.
BENJAMINI, E.; COICO, R.; SUNSHINE, G. Imunologia . 6. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2010.

BENSOUSSAN, E. Manual de Higiene, Segurança e Medicina do Trabalho . 2.ed. São Paulo:Atheneu, 1997.
BEREK, J.S. Tratado de Ginecologia . 16. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2021.
BEREK, J.S.; HACKER, N.F. Oncologia Clínica . 5. Ed. Rio de Janeiro: Lippincott Williams & Wilkins, 2009.
BERNE, M.R. ; LEVY, M.N. Fundamentos de Fisiologia . 4. ed. Rio Janeiro: Elsevier, 2008.
BERTOLLI FILHO, C. História da saúde pública no Brasil . 4. ed. São Paulo: Ática, 2011.
BETÔNICO, GUSTAVO NAVARRO; BETÔNICO, CAROLINA DE CASTRO ROCHA. Semiologia médica e raciocínio clínico . São Paulo: Editora dos editores, 2023.
BEVILACQUA, F. Manual do Exame Clínico . 13. ed. Cultura Médica. 2003.
BEVILACQUA, F.; BEMSONSSAN, E & JANSEN, J. M. Fisiopatologia clínica . 5. ed. Rio de Janeiro: Atheneu, 1998.
BICKLEY, Lynn.S.; SZILAGYI, Peter G.; HOFFMAN, Richard M. Bases da Propedêutica Médica . 13. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2022.
BITTAR, N. Medicina legal descomplicada . 2.ed. São Paulo: Rideel, 2011.
BLOISE, P. Saúde integral. A medicina do corpo, da mente e o papel da espiritualidade . São Paulo: Ed SENAC, 2011.
BLUMENFIELD, Michael. Medicina psicossomática . 2.ed. São Paulo: Armed, 2009.
BOLTANSKI, L. As classes sociais e o corpo . Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2008.
BORGES, Luciana (org). Saúde da Família e comunidade . Rio de Janeiro: Manole, 2017.
BOTEGA, N.J. Prática Psiquiátrica no Hospital Geral: intercorrências e emergências . 3 ed. São Paulo: Artmed, 2011.
BOYER, K.L.; et al. Oncologia na clínica geral . Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2000.
BRANCO, R.F.G. A Relação com o paciente . Rio de Janeiro: Guanabara Koogan,2003.
BRANT, William E.; HELMS, Clyde A. Fundamentos de Radiologia . 4 ed. Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2015.
BRASIL. CONASS. Atenção Primária e Promoção de Saúde (Coleção para entender a gestão do SUS), Brasília: MS, 2011.
BRASIL. CONSELHO NACIONAL DE SECRETARIA DE SAÚDE. Atenção Primária e Promoção da Saúde , Brasília: CONASS, 2011(coleção para entender a gestão do SUS 2011).
BRASIL. CONSELHO NACIONAL DE SECRETARIA DE SAÚDE . Vigilância em Saúde, Brasília: CONASS, 2011(coleção para entender a gestão do SUS 2011). CORTES S.V (org). Participação e saúde no Brasil . FIOCRUZ: Rio de Janeiro, 2009.
BRASIL. CONSELHO NACIONAL DE SECRETARIA DE SAÚDE. Vigilância em Saúde . Brasília: CONASS, 2011.
BRASIL. FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE. Política Nacional de Atenção à Saúde

dos Povos Indígenas. 2.ed. Brasília: Ministério da Saúde. Fundação Nacional de Saúde, 2002.
BRASIL. Manual de gestão de alto risco [recurso eletrônico]. Brasília: Ministério da Saúde, 2022.
BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. Cadernos de Atenção Básica em Saúde. 2018. Disponível em: < www.saude.gov.br/dab >. Acesso em: 20. mar. 2023.
BRASIL. Ministério da Saúde. Cartas de Promoção da Saúde. Brasília: Ministério da Saúde, 2002.
BRASIL. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. Diretrizes e normas reguladoras de pesquisa envolvendo seres humanos , Resolução nº 466 de 12 de dezembro de 2012. Brasília: Diário Oficial da União nº 112, 2012. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis12.html Acesso em: 15 fev. 2021.
BRASIL. Ministério da Saúde. Política Nacional de Atenção Básica em Saúde. Brasília, 2017.
BRASIL. Ministério da saúde. Secretaria de Atenção à saúde. Departamento de Ações Programáticas e Estratégicas. Política Nacional de Atenção Integral à Saúde do Homem: Plano de Ação Nacional 2009-2011. Brasília: Ministério da Saúde, 2009.
BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas e Estratégicas. Proteger e cuidar da saúde de adolescentes na atenção básica. 2. ed. Brasília: MS, 2018.
BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Criança: orientações para implementação. Brasília, 2018.
BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. Política Nacional de Atenção Integral à Saúde do Homem: princípios e diretrizes. Brasília: Ministério da Saúde, 2008.
BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Envelhecimento e saúde da pessoa idosa. Brasília: Ministério da Saúde, 2006. (Série Normas e Manuais Técnicos) (Cadernos de Atenção Básica, n. 19).
BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Envelhecimento e saúde da pessoa idosa. Brasília: Ministério da Saúde, 2006. (Série Normas e Manuais Técnicos) (Cadernos de Atenção Básica, n. 19).
BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. SECRETARIA DE ATENÇÃO À SAÚDE. Departamento de Atenção Básica. Envelhecimento e saúde da pessoa idosa. Ministério da Saúde, 2006.
BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Política nacional de atenção básica. Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção à Saúde. – Brasília: Ministério da Saúde, 2017.
BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Saúde da criança: crescimento e desenvolvimento. Caderno de Atenção Básica, nº 33. Brasília: MS, 2012.
BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. SECRETARIA DE ATENÇÃO À SAÚDE. Departamento de Atenção Básica. Saúde na escola. Brasília: Ministério da Saúde, 2009.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Doenças de Condições Crônicas e Infecções Sexualmente Transmissíveis. Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas para Atenção Integral às Pessoas com Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST). Brasília (DF): Ministério da Saúde, 2022.
BRASIL/MINISTÉRIO DA SAÚDE. Política Nacional de Saúde Integral da População Negra. 2 ed. Brasília, 2013.
BRASIL/MINISTÉRIO DA SAÚDE. Política Nacional de Saúde Integral das Populações do Campo e da Floresta. Brasília, 2013.
BRASIL/MINISTÉRIO DA SAÚDE. Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, travestis e transexuais. Brasília, 2012.
BRASIL/MINISTÉRIO DA SAÚDE/SECRETARIA DE ATENÇÃO À SAÚDE. Política Nacional de Atenção Integral à Saúde do Homem. Brasília, 2008.
BRENNER E.M.; JESUS, D.M.N. Manual de Planejamento e Apresentação de Trabalho Acadêmico: Projeto Pesquisa, Monografia e Artigos. Atlas, 2007.
BRITO, F.C.; GIACAGLIA, M.P.N. Tratado de medicina e urgência do idoso. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2019.
BRUNTON, L.L. Goodman & Gilman. As Bases Farmacológicas da Terapêutica. 13. ed. Rio de Janeiro: McGraw-Hill, 2018.
BUNIK, M.; LEVIN, M. J.; HAY JR, W.W.; ABZUG, M.J. CURRENT Pediatria: Diagnóstico e Tratamento. 26.ed. São Paulo: Artmed, 2024.
BURIHAN, E; RAMOS, R.R. Condutas em Cirurgia. São Paulo: Atheneu, 2001.
BURNS, Dennis Alexander Rabelo; CAMPOS JÚNIOR, Dioclécio; SILVA, Luciana Rodrigues et. al. Tratado de Pediatria: Sociedade Brasileira de Pediatria, 4. ed., Barueri, SP: Manole, 2017.
BURTIS, C. A., ASHWOOD, E. R. & BRUNS, D. Tietz. Fundamentos de Química Clínica. 6.ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.
BURTIS, CARL A; ASHWOOD, EDWARD R; BRUNS, DAVID E. TIETZ. Fundamentos de química clínica. Tradutor et al: Alexandre Vianna Aldighieri Soares et al. 6. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.
CAIXETA, M. Psicologia Médica. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2005.
CAMPBELL, Toy Liu. Casos clínicos em cirurgia. 4. ed. Porto Alegre: AMGH, 2013.
CAMPERO, Walter E. Hinojosa. Fisiopatologia Clínica. 5. ed. São Paulo: Grupo Guia, 2004.
CAMPOS, G. S.; GUERRERO, A. V. P. (Orgs). Manual de práticas de atenção básica: saúde ampliada e compartilhada. Hucitec, 2013.
CAMPOS, G. W.S. Tratado de saúde coletiva. 2. ed. revista e aumentada. São Paulo: Hucitec, 2017.
CAMPOS, G.W.S; GUERRERO, A.V.P. (Org.). Manual de Práticas de atenção básica: saúde ampliada e compartilhada. São Paulo: Hucitec, 2013.
CANGIANI, L.C.; et al. Tratado de anestesiologia. 9.ed. São Paulo: Atheneu, 2021.
CANGUILHEM, G. Escritos sobre a medicina. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005.
CANGUILHEM, G. O normal e o patológico. 7. ed. Rio de Janeiro: Editora Forense

Universitária, 2024.
CAPONERO, R.; BIFULCO, V. A. Cuidados paliativos : conversas sobre a vida e a morte na saúde. São Paulo: Manole, 2015.
CARDOSO, Angélica de Oliveira; EIZERIK, Débora Chedid; DETTMER, Débora. Contextos e Condutas em Atenção Primária à Saúde . São Paulo: EdIPURCS, 2019.
CARNEIRO- SAMPAIO, Magda; SUMITA, Nairo Massakazu; SLHESSARENKO, Natasha Sumita; GOMES, Filumena Maria da Silva; DUARTE, Alberto José da Silva. Medicina Laboratorial em Pediatria . São Paulo: Manole, 2022.
CARNEIRO, J.; JUNQUEIRA, L. C. Biologia Celular e Molecular . 10. ed. Guanabara Koogan, 2023.
CARVALHO, R.; PARSONS, H. Manual de Cuidados Paliativos . 2. ed. São Paulo: Academia Nacional de Cuidados Paliativos, 2012.
CARVALHO, Sergio Resende; FERIGATO, Sabrina; BARROS, Maria Elisabeth. Conexões:saúde coletiva e políticas de subjetividade . São Paulo: HUCITEC, 2009.
CASE, C.L.; FUNKE, B.R.; TORTORA, G.J. Microbiologia . 12. ed. São Paulo: Artmed, 2017.
CECIL, Goldman. Textbook of medicine . 25. ed. Elsevier, 2015.
CECÍLIO, L.C.O (org) et al. Inventando a Mudança na Saúde . São Paulo: HUCITEC, 1994.
CERRI, G. G. & et al. Tratado de radiologia . São Paulo: Editora Manole, 2017.
CERRI, Giovanni G.; LEITE, Claudia da C.; ROCHA, Manoel de S. Tratado de Radiologia, Volume 1: Neurorradiologia, Cabeça e Pescoço . Barueri: Editora Manole, 2017.
CERRI, Giovanni G.; LEITE, Claudia da C.; ROCHA, Manoel de S. Tratado de Radiologia, Volume 2: Pulmões, Coração e Vasos, Gastrointestinal, Uroginecologia . Barueri: Editora Manole, 2017.
CERRI, Giovanni G.; LEITE, Claudia da C.; ROCHA, Manoel de S. Tratado de Radiologia, Volume 3: Obstetrícia, Mama, Musculoesquelético . Barueri: Editora Manole, 2017.
CHACON NETO, O.H. Dor e Cuidados Paliativos . São Paulo: Manole, 2024.
CHADDAD NETO, Feres; DA COSTA, Marcos Devanir Silva. Microneuroanatomia e Cirurgia . São Paulo: Di Livros, 2024.
CHAUÍ, M. Convite à Filosofia .14 ed. São Paulo: Ática, 2019.
CHAVES, C.P.; MANSO, J.E. F.;EULALIO J. M.R. Clinica cirúrgica: fundamentos teóricos e práticos . São Paulo: Atheneu, 2002.
CHEN, Michael Y M.; POPE, Thomas L.; OTT, David J. LANGE: Radiologia Básica . Porto Alegre: Grupo A, 2010.
CHENIAX E. Manual de Psicopatologia . 6. ed. Rio de Janeiro. Guanabara Koogan, 2020.
CHEW, FELXIX S. et al. Imaginologia musculoesquelética: Estudo de casos . 3.ed. São Paulo: Editora Manole, 2016.
CHIAVENATO, Idalberto; SAPIRO, Arão. Planejamento estratégico . 5.ed. São Paulo: Editora Atlas, 2023.

CLASSIFICAÇÃO DE TRANSTORNOS MENTAIS E DO COMPORTAMENTO DA CID-10. Porto Alegre: Artes Médicas, 1993.
CÓDIGO DE ÉTICA MÉDICA. Resolução Conselho Federal de Medicina nº 1246/88.
CONSELHO BRASILEIRO DE OFTALMOLOGIA. Série Oftalmologia Brasileira. Rio de Janeiro: Guanabara-Koogan, 2008.
CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE. Manual de usuário: pesquisador. Plataforma Brasil, versão 3.2. Disponível em: http://conselho.saude.gov.br/images/comissoes/conep/documentos Acesso em: 15 fev. 2021.
CONSTANZO, L.S. Fisiologia. Rio Janeiro: Guanabara Koogan, 2008.
CORDIOLI, A.V; cols. Psicofármacos: Consulta Rápida. Rio de Janeiro: Artmed, 2015.
CORREA, Aida Lopes Sirotheau; THOLLIUS, Beatriz Siems; MONTEIRO, Bruna Nogueira et al. Clínica médica: manual do estudante de medicina - Exame físico. São Paulo: Editora Atheneu, 2023.
CORTES S.V (org). Participação e saúde no Brasil. FIOCRUZ: Rio de Janeiro, 2009.
CORTES, S. M. V (ORG). Participação em saúde no Brasil. Rio de Janeiro: EditoraFIOCRUZ, 2009.
COSTA, E. M. A. e CARBONE, M. H. Saúde da Família. Rio de Janeiro: Rúbio, 2004.
COSTA, M A F. Qualidade em Biossegurança. Rio de Janeiro, Qualitymark:, 2000.
COSTA, M.F.; SOARES, J.C. Livre como uma borboleta: simbologia e cuidado paliativo. Rev. bras. geriatr. Gerontol. , v. 18, n. 3, p. 631-641, 2015.
COTTRAN, R.S.; KUMARVINAY, R.S. Robbins. Patologia Estrutural e Funcional. 10. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2021.
COURA J.R. Síntese das Doenças Infecciosas e Parasitárias. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2008.
COUTO RC; BOTONI FA; SERUFO JC et al. Ratton: Emergências médicas e terapia intensiva. Medsi, 2008.
CROCE, D. Manual de medicina legal. 8.ed. São Paulo: Saraiva. 2012.
CRUZ, Tadeu. Manual de Planejamento Estratégico: Ferramentas Para Desenvolver, Executar e Aplicar. São Paulo: Editora Atlas, 2017.
CULLEN, Bruce F.; STOCK, M. Christine. Anestesia clínica. Espanha: Lippincott Williams & Wilkins, 2018.
CUNNINGHAM, F.G. <i>et al.</i> Obstetrícia de Williams. 24 ed.Porto Alegre: AMGH, 2015.
Current medical diagnosis and treatment. Mcgraw-Hill/Lange Medical Books, 2010 (ISBN:9780071624442).
D'ALESSANDRO, M.P.S. <i>et al.</i> Manual de Cuidados Paliativos. São Paulo: Hospital Sírio-libanês, Ministério da Saúde, 2020.
DALGALARRONDO, P. Psicopatologia e semiologia dos transtornos mentais. Porto Alegre: Artmed, 2018.
DALLEY, Arthur F.; AGUR, Anne M. R. Anatomia orientada para a clínica. 9. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2024.
DALY, Leslie. Interpretação e Aplicações da Estatística em Medicina. Rio de Janeiro:

Instituto Piaget, 2007.
DAMAZIO, L. Desafios da gestão estratégica em serviços de saúde: caminhos e perspectivas. Rio de Janeiro: Elsevier Brasil, 2012.
DANGELO, José Geraldo. Anatomia humana sistêmica e segmentar. 3. ed. São Paulo: Atheneu, 2007.
DE BELDA JUNIOR, Walter; DI CHIACCHIO, Nilton; CRIADO, Paulo Ricardo. Tratado De Dermatologia. 4.ed. São Paulo, Editora Atheneu, 2023.
DE FREITAS, G.B.L.; ALMEIDA, C.C. Doenças infecciosas e parasitárias. São Paulo: Pasteur, 2024.
DE ROBERTIS, E.D.P. Bases da Biologia Celular e Molecular. 2. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2003.
DEBERT, G.G. Envelhecimento e representação da velhice. Ciência Hoje. 8(44): 61-68. São Paulo, 1988.
DEF. DICIONÁRIOS DE ESPECIALIDADES FARMACÊUTICAS. 39. ed. Rio de Janeiro: Publicações Médicas Ltda, 2015/2016.
DESLANDES, S.F. Humanização dos cuidados em saúde: conceitos, dilemas e práticas. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2006.
DESVIAT, M. A reforma psiquiátrica. São Paulo: Hucitec, 2015.
DI ROBERTIS, E. Bases da biologia Celular e Molecular. 16. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2023.
DIOGENES, M.J.M.; GUILHON, R.M.P.; GONÇALVES, H.S.; NEVES, R.G. 2.ed. Atlas de dermatopatologia tropical. Fortaleza: INOVA; 2001.
DOAN, T.; MELVOLD, R.; VISELLI, S.; WALTENBAUGH, C. Imunologia Ilustrada. Porto Alegre: Artmed, 2008.
DOHERTY, G.M. Cirurgia: diagnóstico e tratamento. 13.ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2011.
DOMINGUEZ, B.N.R. Programa de Saúde da Família: como fazer. São Paulo: Parma, 1998.
DUNCAN, Bruce B. (coord.) <i>et al.</i> Medicina ambulatorial 1 & 2: condutas de atenção primária baseadas em evidências. 5. ed. Porto Alegre: Artmed, 2022.
DURAN, J.H.R. Biofísica: conceitos e aplicações. 2 ed. Pearson, 2011.
EÇA, LP. et al. Biologia Molecular. Guia prático e didático. Rio de Janeiro, Revinter, 2004.
ENNIO, C.J.E.; VIANA M.B.Mota; JOAQUIM, A.C. Pediatria Ambulatorial, 3.ed. Belo Horizonte: Coopmed, 2013.
EPSTEIN, O.; PERKIN, G.D.; COOKSON, J.; DE BONO, D.P. Exame clínico. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.
ESHERICK, J.S.; CLARK, D. S; SLATER, E.D. CURRENT: Diretrizes Clínicas em Atenção Primária à Saúde (Lange). 10. ed.. Editora: McGraw-Hill, 2013.
FALOPPA, F. (coord). Guia de ortopedia e traumatologia. São Paulo: Mande, 2008.
FARAH, SB. DNA - Segredos e Mistérios. 2 ed. São Paulo, Editora Sarvier, 2007.
FARIA, J.L. Patologia geral fundamentos das doenças com aplicações clínicas. 4 ed.

Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2003.
FENWICK, P. As experiências de quase morte (EQM) podem contribuir para o debate sobre a consciência? . Rev. psiquiatr. clín., v. 40, n. 5, p. 203-207, 2013.
FERNANDES, César Eduardo; SÁ, Marcos Felipe Silva de (editores). Tratado de Ginecologia . Rio de Janeiro: Elsevier, 2020.
FERRAZ, Álvaro Antonio Bandeira, FERRAZ, Edmundo Machado. Bases da Técnica Cirúrgica . Rio de Janeiro: Guanabara Koogan. 2005
FERREIRA, G.; MENDONÇA, G. Cuidados Paliativos - Guia de Bolso. 1. ed. São Paulo: Academia Nacional de Cuidados Paliativos, 2017.
FERREIRA, Marcelo Urbano. Parasitologia Contemporânea . 2.ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2021.
FERRÍGNO, J.C. Co-educação entre gerações . São Paulo: SESC, 2003.
FIGUEIRA, Fernando. Pediatria . 4 . ed. Rio de Janeiro: Medbook, 2011.
FIGUEIRA, Maria Luisa; AFONSO, Pena; TEIXEIRA, João Marques. Manual de Psicofarmacologia na pratica Clínica . Rio de Janeiro: Lidel, 2019.
FINKEL, R.; CUBEDDU, L.X.; CLARK, M.A. Farmacologia Ilustrada . 6. ed. Porto Alegre: Artmed, 2016.
FITZPATRICK, J.E.; AELING, J.L. Segredos em Dermatologia .4.ed. São Paulo: Artmed, 2012.
FITZPATRICK, T.B. Tratado de Dermatologia .8.ed. Rio de Janeiro: Revinter, 2019.
FLAUZINO, Candido Jeronimo. O médico e a morte: contribuições da psicologia fenomenológica . São Paulo: Editora APPRIS, 2020.
FOCACCIA, R.; VERONESI, R. Veronesi: tratado de Infectologia . 6. ed. São Paulo: Atheneu, 2020.
FONSECA, F.; XAVIER, C.C.; PIANETTI, G. Compêndio de Neurologia infantil . 2. ed. São Paulo: Editora MedBook, 2011.
FONSECA, L. F.; CUNHA FILHO, J.M.; PIANETTI, G.; VAL FILHO, J.A.C. Manual de Neurologia Infantil . Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2006.
FORTE, W.N. Imunologia do básico ao aplicado . 3.ed. Porto Alegre: Artmed, 2015.
FOUCAULT, M. História da Loucura na Idade Clássica . 9. ed.; São Paulo: Perspectiva, 2010.
FRANÇA, DOUGLAS, W.;GRECO, R.; CALHAU, L.B.; KRYMCHANTOWSKI, A.; ANCILLOTTI, R. Medicina legal . 15.ed. Niteroi: Impetus, 2022.
FRASSON, Antônio; NOVITA, Guilherme; MILLEN, Eduardo; ZERWES, Felipe. Doenças da Mama: Guia de Bolso Baseado em Evidências . 2.ed. São Paulo: Atheneu, 2022.
FREIRE, E. Trauma: Cirurgia do Século . São Paulo: Atheneu, 2003.
FREITAS, E.V.; PI, L. Tratado de geriatria e gerontologia . 5. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2022.
FREITAS, Fernando; PASSOS, Eduardo Pandolfi; RAMOS, Jose Geraldo Lopes; MARTINS-COSTA, Sergio H.; MAGALHAES, Jose Antonio. Rotinas em Obstetrícia . 7. ed. Porto Alegre: Artmed, 2017.
FRIEDMANN, A.A.; GRINDLER, J.; OLIVEIRA, C.A.R. Diagnóstico diferencial no

eletrocardiograma. São Paulo: Manole, 2007.
Friedrich Paulsen; Jens Waschke. Sobotta. Atlas de Anatomia Humana. 25 ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2023.
FUNCS, F.D.; WANNMACHER, I. Farmacologia Clínica. Fundamentos de Terapêutica Racional. 5. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2017.
GARCIA, Ana Lúcia Rampazzo et al. Bioquímica Clínica. 3 ed. Atheneu, 2022.
GARCIA, Eduardo A.C. Biofísica. 2 ed. São Paulo: Editora Sarvier, 2015.
GARCIA, Márcia C. Estatística, bioestatística e sistemas de informação em saúde. São Paulo: Editora SENAC, 2024.
GARDNER, E. G.; DONALD J. O.; RAHILLY, R. Anatomia Estudo Regional do Corpo Humano: Métodos de Dissecção. 23. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2013.
GARTNER, Leslie P. Tratado de Histologia. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2017.
GELDER Michael; MAYOU, Richard e COWEN, Philip. Tratado de Psiquiatria. 4.ed. Rio de Janeiro. Guanabara Koogan, 2006.
GELEHRTER, THOMAS D; COLLINS, FRANCIS S. Fundamentos da Genética Médica. 2.ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2000.
GIOVANELLA, Lígia; MENDONÇA, Maria Helena Magalhães; GONDIM, Roberta; MATTA, Gustavo Corrêa. Atenção primária à saúde no Brasil conceitos, práticas e pesquisa. Rio de Janeiro, FIOCRUZ, 2018.
GODMAN, Cecil. Tratado de Medicina Interna. 25. ed., Guanabara: 2016.
GOFFI, F. Técnica Cirúrgica: bases anatômicas e fisiopatológicas e técnicas de cirurgia. 4. ed. São Paulo: Atheneu, 2004.
GOLAN D, TASHJIAN A, ARMSTRONG E, ARMSTRONG A. Princípios de Farmacologia: A Base Fisiopatológica da Farmacoterapia. 5. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2017.
GOLAN, David E.; TASHJIAN, Armen H.; ARMSTRONG Ehrin J.; ARMSTRONG, April W. Princípios de Farmacologia. A Base Fisiopatológica da Farmacoterapia. 3. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2014.
GOLDMAN, L.; AUSIELLO, D.C, Tratado de medicina interna. 26. ed. Rio de Janeiro: Elsevier; 2021.
GOLFF, F.S. Técnica Cirúrgica: Bases Anatômicas, Fisiopatológicas e Técnica Cirúrgica. 4.ed. Rio de Janeiro: Editora Atheneu, 2007.
GONÇALVES, J.P.B.; LUCCHETTI, G.; MENEZES, P.R.; VALLADA, H. Religious and spiritual interventions in mental health care: a systematic review and meta-analysis of randomized controlled clinical trials. Psychological Medicine, v. 45, p. 2937–2949, 2015.
GOODMAN, L. R. Felson's Princípios de Radiologia Torácica. Um Texto Programado. São Paulo: Di Livros, 2016.
GORDIS, Leon. FERREIRA, Cid Vaz; AZAMBUJA, Juliana de; SAMPAIO, Paulo Marcos Ribeiro et al (tradutor). Epidemiologia. 5 ed. Rio de Janeiro: Thieme Revinter, 2017.
GRIFFITHS, Anthony J. F.; DOEBLEY, John; PEICHEL, Catherine et al. Introdução à Genética. 12. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2022.
GUERRIERO, I.C.Z. Resolução nº 510 de 7 de abril de 2016 que trata das

especificidades éticas das pesquisas nas ciências humanas e sociais e de outras que utilizam metodologias próprias dessas áreas. Ciência & Saúde Coletiva, v. 21, n. 8, p. 2619-2629, 2016. Disponível em: https://www.scielo.br/pdf/csc/v21n8/1413-8123-csc-21-08-2619.pdf Acesso em: 15 fev. 2021.
GUYTON, A. C.; HALL, J.E. Tratado de Fisiologia Médica. Elsevier. 14. ed. 2021.
GUYTON, A.C.; HALL, J.E. Perguntas e Respostas em Fisiologia. 3.ed. Rio de Janeiro, Guanabara Koogan, 2017.
HACHUL, M.; ORTIZ, W. Sistema urinário: bases da medicina integrada. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.
HAMMER, Gary D. Hammer; MCPHEE, Stephen J.; SELIGMAN, Renato et al.; Fisiopatologia da Doença: Uma Introdução à Medicina Clínica. 7 ed. São Paulo: AMGH, 2015.
HANS, Jons. Técnica, Medicina e Ética: Sobre a Prática do Princípio Responsabilidade. São Paulo: Paulus Editora, 2013.
HARDMAN, J.G.; LIMBIRD, L.E. (Ed.). Goodman & Gilman. As Bases Farmacológicas da Terapêutica. 13. ed., Rio de Janeiro: McGraw-Hill, 2018.
HARTMANN, H.R. Lições de estética filosófica: uma pedagogia da sensibilidade e expressão. Londrina: Ed. UEL, 2001.
HEBERT, Sizínio; LECH, Osvandré. Ortopedia e Traumatologia: Princípios e Prática. 6. ed. São Paulo: Dilivros, 2025.
HELMAN, C. G. Cultura, saúde e doença. Tradução de Claudia Buchweitz; Pedro M Garcez. 4. ed. Porto Alegre: ARTMED, 2006.
HENEINE, I. F. Biofísica Básica. São Paulo: Atheneu YOUNG, B; LOWE, J. S.; STEVENS, A; HEALTH, J. W. Wheater. Histologia Funcional: Texto e Atlas em Cores. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.
HERCULES, Hygino de C. Medicina Legal: Texto e Atlas. 2.ed. São Paulo: Atheneu, 2014.
HERRING, William. Radiologia Básica: Aspectos Fundamentais. 4.ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2021.
HIGA, Elisa Mieko Suemitsu; ATALLAH, Ávaro Nagib. Guia de medicina de urgência. 2.ed. Barueri, SP: Manole, 2008.
HINRICHSEN, S.L. DIP - Doenças Infecciosas e Parasitaria. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2005.
HOEPPNER, M G. Normas Regulamentadoras Relativas à Segurança e Medicina do Trabalho. 4.ed. São Paulo: Editora Ícone, 2010.
HOFF, Paulo Marcelo Gehm; CHAMMAS, Roger; BONADIOS, Renata Rodrigues da Cunha Colombo. Tratado de oncologia. 2.ed. São Paulo: Atheneu, 2022.
HOFFBRAND, A.V.; MOSS, P.A.H. Fundamentos em hematologia. 6.ed. Porto Alegre: Artmed, 2013.
HOPPENFELD, S; BOER, P; BUCKLEY, R. Surgical exposures in orthopaedic: the anatomic approach. 4.ed. Philadelphia: Lippincott Williams & Wilkins, 2016.
INSTITUTO NACIONAL DE CÂNCER (INCA). A avaliação do paciente em cuidados paliativos. Rio de Janeiro: INCA, 2022.

JANEWAY, C. A.; TRAVERS, P.; WALPORT, M.; CAPRA, J.D.: Imunobiologia: O sistema imunológico na saúde e na doença . 8. ed. Porto Alegre, Artmed, 2014.
JANNINI, P.; JANNINI FILHO, P. Interpretação Clínica do Hemograma : São Paulo: Sarvier, 2008.
JEVON, P.; EWENS, B. Monitoramento do paciente crítico . 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.
JORGE FILHO, Isaac. Cirurgia geral: pré e pós-operatório . 2.ed. São Paulo: Atheneu, 2011.
JUNG, C.G. Espiritualidade e transcendência . São Paulo: Ed Vozes, 2015.
JÚNIOR, CARLOS M. Radiologia Básica . 2.ed. São Paulo: Thieme Revinter, 2016.
JUNQUEIRA, L.C.; CARNEIRO, J. Histologia Básica . Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2023.
KABAT-ZINN, J. Viver a catástrofe total . São Paulo: Ed Palas Athena, 2017.
KAMOUN. Bioquímica e Biologia Molecular . Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2006.
KANSKI, J.J. Oftalmologia Clínica: uma abordagem sistematica . 7. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.
KAPLAN, H.; SADOCK, B. Manual de Psiquiatria Clínica . 5.ed. Rio de Janeiro: Medsi 2023.
KATZUNG, Bertram G.; VANDERAH, Todd W. Farmacologia Básica e Clínica . 15. ed. Rio de Janeiro: Revinter, 2022.
KESTELMAN, H. N. et al. Planejamento e gestão estratégica em organizações de saúde . 2.ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2016.
KLOETZEL, Kurt. Medicina ambulatorial: princípios básicos . 2.ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2024.
KNOBEL, E. Condutas no paciente grave . 4. ed. São Paulo: Atheneu, 2016.
KOCH, H. A. Radiologia e Diagnóstico por Imagem na Formação do Médico Geral . São Paulo: Ed Revinter, 2012.
KOCH, Hilton. A. Radiologia e Diagnóstico por Imagem na Formação do Médico Geral . 2.ed. Rio de Janeiro: Revinter, 2011.
KOENIG, H.G. Espiritualidade no cuidado com o paciente . São Paulo: FE Editora Jornallística Ltda, 2013.
KOENIG, H.G. Medicina, religião e saúde: o encontro da ciência e da espiritualidade . São Paulo: Templenton Press, 2012.
KOLB, L.C. Psiquiatria Clínica . 9. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1997.
KOPPEN, BRUCE M.; STANTON, BRUCE A. Fisiologia . 7 ed. Rio de Janeiro, Guanabara Koogan, 2018.
KUBLER-ROSS, E. Sobre a morte e o morrer : o que os doentes terminais têm para ensinar a médicos, enfermeiras, religiosos e aos seus próprios parentes. 9. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2008.
KULAY JÚNIOR, Antonio Lapa Luiz; KULAY, Maria. Drogas na Gravidez e na lactação: guia prático . Febrasgo. São Paulo: Ponto, 2007.
KUMAR, V. Robbins; ABBAS, A.K.; ASTER, Jon C. Patologia: Bases Patológicas das

doenças . 10. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2023.
KUMAR, V.; COTRAN, R.S. & KUMAR, V. Patologia básica . 10. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2018.
LACAZ, C. S.; MARTINS, J. E. Micologia Médica . 8. ed. São Paulo: Sarvier, 2022.
LANDIN, F.L.P.; CATRIB, A.M.F.; COLLARES, P.M.C. Promoção da Saúde na diversidade humana e na pluralidade de itinerários terapêuticos . Saberes Ed. Campinas, 2013.
LANE, J.C. Manual de Reanimação Cardio-Respiratória . F. E. Byk, 1987.
LAURENTYS-MEDEIROS, J.; LÓPEZ, M. Semiologia Médica - As bases do diagnóstico clínico . 5.ed. São Paulo: Revinter, 2015.
LAWRY. L. Exame músculo esquelético sistemático . Rio de Janeiro: Mcgraw-Hill,2012.
LEÃO, Lourdes Meireles. Metodologia do estudo e pesquisa : Facilitando a vida dos estudantes, professores e pesquisadores. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2019
LEE, Peter; GOLDBERG, Carey; KOHANE, Isaac; ISLABÃO, André Garcia. A Revolução da Inteligência Artificial na Medicina: GPT-4 e Além . São Paulo: Artmed, 2023.
LEITE, A.J.M. (Org.); CAPRARA, A.(Org.); COELHO FILHO, J.M (Org.). Habilidades de comunicação com pacientes e famílias . São Paulo: Sarvier, 2007.
LIMA, J.J.P.; BOTELHO, M.F. Biofísica Médica: Exercícios Práticos . Imprensa, Universitária, 2010.
LKIS & LOUZÃ (orgs.). Psiquiatria Básica . 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2011.
LONG, Dan L. et al. Medicina Interna de Harrison . 21.ed. Porto Alegre-RS: AMGH, 2023.
LOPEZ, M.; LAURENTNTYS, M.J. Semiologia Médica: As Bases do Diagnóstico Clínico . 5.ed. Rio de Janeiro: Revinter, 2015.
LOPEZ, Mario; MEDEIROS, J. Laurentys. Semiologia Médica: As Bases do Diagnóstico Clínico . 5 ed. Thieme Revinter, 2015.
LORENZI, T. Manual de Hematologia – propedêutica e clínica . 3. ed. Rio de Janeiro: Atheneu, 2006.
LUNA, R.L.; SABRA, R. Medicina de família: saúde do adulto e do idoso . Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2006.
MACIEL, R.M.B.; MENDONÇA, B.B.; SAAD, M.J.A. Endocrinologia – Princípios e Práticas . 2. ed. Rio de Janeiro: Atheneu, 2017.
MAGEE, D.J.; MANSKE, R.C. Avaliação musculoesquelética . São Paulo: Manole, 2023.
MALECINSKI, GM. Fundamentos de Biologia Molecular . 4. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2005.
MANDIA, Tatiana Milla Mandia; VALLADÃO JÚNIOR, José Benedito Ramos; WALCH, Renato. Urgências e emergências na atenção primária - atendimento pré-hospitalar . São Paulo: Atheneu, 2021.
MARANO, V.P. Doenças Ocupacionais . 2. ed. Editora LTR, 2007.

MARCHIORI, Edson. Introdução à Radiologia . 2.ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2015.
MARCONDES E. et al. Pediatria básica: pediatria clínica especializada - Tomo III . 9. ed. São Paulo: Sarvier, 2004.
MARCONDES, E.; VAZ, Flávio Adolfo Costa; RAMOS, José Lauro Araujo; OKAY, Yassuhiko. Pediatria Básica . 9. ed. São Paulo: Sarvier, 2002.
MARCONDES, Eduardo. Pediatria Básica . 9. ed. São Paulo: Sarvier, 2005.
MARTINEZ, Edson Zangiacomi. Bioestatística para os cursos de graduação da área da saúde . São Paulo: Editora Blucher, 2021.
MARTINS C.M.; STAUFFER AB. Educação em saúde . Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2007.
MARTINS, Herlon Saraiva; BRANDÃO NETO, Rodrigo Antonio; SCALABRINI NETO, Augusto; VELASCO, Irineu Tadeu. Emergências Clínicas . São Paulo: Manole, 2013.
MARTINS, M. A. Clínica médica doenças cardiovasculares, doenças respiratórias, emergências e terapias intensivas . Barueri: Manole, 2009.
MARTINS, M. A. Clínica Médica . Barueri: Manole, 2016.
MARTINS, Milton de Arruda; QUINTINO, Carla Romagnolli. Semiologia clínica . Rio de Janeiro: Editora Manole, 2021.
MARZZOCO, A., TORRES, B. B. Bioquímica Básica . 3.ed. Rio de Janeiro, Guanabara, 2007.
MASSON, Antonio Augusto; MUXFELDT, Elizabeth; SUBILHAGA, Janice. Semiologia Essencial na Prática Médica: O Que Todo Clínico Deve Saber . Rio de Janeiro: Thieme Revinter, 2021.
MCANINCH, J.W.; LUE, T.F. Urologia geral de Smith e Tanagho . 18. ed. Porto Alegre: AMGH Ed., 2024.
McPHEE, Stephen J.; PAPADAKIS, Maxine A. CURRENT Diagnosis & Treatment: Medical . 53.ed. Lange Current Series/ McGraw-Hill, 2014.
MCWHINNEY, Ian R; FREEMAN, Thomas. Manual de Medicina de Família e Comunidade . Tradução de Análise Teixeira Burmeister. 3. ed. Porto Alegre: ARTMED, 2010.
MEHRY, E.E. Saúde: a cartografia do trabalho vivo . 4.ed. São Paulo: Hucitec, 2014.
MELAMED, C.; PIOLA, S. F. (Org). Políticas públicas e financiamento federal do Sistema Único de Saúde . Brasília: IPEA, 2011.
MELLO FILHO, J.; BURD, M. Psicossomática hoje . 2. ed. Porto Alegre: ARTMED, 2010.
MELO JÚNIOR, CARLOS M. Radiologia Básica . 3.ed. Rio de Janeiro: Revinter, 2016.
MELO, R. Radiologia caso a caso . São Paulo: Ed. DMP, 2017.
MENDES, E.V. (org.) et al. Distrito Sanitário: o processo social de mudança das práticas sanitárias do Sistema Único de Saúde . São Paulo: Hucitec, 1995.
MENDES, E.V. As redes de atenção à saúde . Brasília: Organização Pan- Americana daSaúde, 2011.
MERHY, E.E. A saúde pública como política: um estudo de formuladores de políticas . São Paulo: Hucitec, 1992.

MERHY, E.E.; MAGALHÃES JR, H.M.; RIMOLO, J. FRANCO, T.B. O trabalho em saúde: olhando e experienciando o SUS no cotidiano . 4. ed. São Paulo: HUCITEC, 2007.
MERHY, E.E.; ONOCKO, R. (Orgs.). Agir em Saúde: um desafio para o público . São Paulo:HUCITEC, 2007.
MIGUEL EC; GENTIL V; GATTAZ WF. Clínica Psiquiátrica . São Paulo: Manole, 2011.
MILLAN, L. et al. O universo psicológico do futuro médico . São Paulo: Casa do Psicólogo,1999.
MINAYO, M. C. De Souza & Outro (org). Antropologia, saúde e envelhecimento . Rio de Janeiro: Fiocruz, 2011.
MINAYO, M..C. S. ; MIRANDA, A.C. Saúde e ambiente sustentável: estreitando nós . Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2002.
MINISTÉRIO DA SAÚDE. Prevenção do suicídio : Manual dirigido aos profissionais de saúde Mental. Brasil, 2006. Disponível em< http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/manual_editoracao.pdf >. Acesso em: 30. mar. 2024.
MINISTÉRIO DA SAÚDE. Secretaria de Políticas de Saúde. Coordenação Nacional de DST e AIDS. Guia de tratamento : Recomendações para profilaxia e transmissão materno-infantil do HIV e Terapia anti-retroviral em gestantes. 2001. NEME, B. Obstetrícia básica . 3.ed. São Paulo: Sarvier, 2006.
MIRANDA, Marcelo Eller; OLIVEIRA, Reynaldo Gomes de. Blackbook: Cirurgia/AndyPetroianu . Belo Horizonte: Blackbook Editora, 2008.
MONTEIRO, Antônio Lopes; BERTAG, Roberto Fleury de Souza. Acidentes do Trabalho e Doenças Ocupacionais .11ed. São Paulo: Saraiva, 2023.
MOORE, K. L; DALLEY, A. F.; AGUR, A. M. R. Anatomia Orientada para a Clínica . 6. ed. Rio de Janeiro: Editora Guanabara Koogan, 2011.
MOORE,Keith; PERSAUD, T.V.N. ; TORCHIA, Mark. Embriologia Clínica . 11 ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2021.
MOREIRA-ALMEIDA, A. Explorando a relação mente-cérebro: reflexões e diretrizes . Revista de Psiquiatria Clínica, v. 40, n. 3, p. 105-109, 2013.
MOREIRA-ALMEIDA, A.; KOENIG, H.G.; LUCCHETTI, G. Clinical implications of spirituality to mental health: review of evidence and practical guidelines. Rev Bras Psiquiatr. , v. 36, n. 2, p. 176-82, 2014.
MOREIRA, E.; WATANABE, T.(Org). Ambiente, Trabalho e Saúde . João Pessoa: Universitária UFPB, 2006.
MURRAY, P. R. ROSENTHAL, K. S. Microbiologia Médica . 9.ed. Guanabara Koogan, 2023.
MURRAY, Patrick R. Microbiologia Médica Básica . 3 ed. Editora Atheneu, 2018.
NARDI, Antonio Egidio; SILVA, Antônio Geraldo; QUEVEDO, João. Tratado de psiquiatria . São Paulo: Artmed, 2021.
NASCIMENTO, José Eduardo de Aguiar; CAPOROSSI, Cervantes; BICUDO, Alberto(organizadores). Acerto: acelerando a recuperação total pós-operatória . 3. ed. Rio de Janeiro: Editora Rubio, 2016.
NELSON, D.L., COX, M.M. Lehninger. Princípios de Bioquímica . 5.ed. São Paulo

ARTMED, 2011. 1.273p.
NELSON, Richard E.; BEHRMAN, Hal B.; JENSON, Robert Kliegman. Tratado de Pediatria . 19. ed. Elsevier, 2013.
NETTER, F.H.; GREENE, W. Netter Ortopedia . Elsevier, 2008.
NETTER, Frank H. N. Atlas de Anatomia Humana: Abordagem Topográfica Clássica . Rio de Janeiro: GEN Guanabara Koogan, 2024.
NEVES, D. P.; MELO, Alan Lane de.; LINARDI, Pedro Marcos. Parasitologia Humana . 14. ed. Rio de Janeiro: Atheneu, 2022.
NEVES, David Pereira; BITTENCOURT NETO, João Batista. Atlas didático de parasitologia . 3 ed. Editora Atheneu, 2019.
NEVES, J. Diagnósticos e Tratamento das Doenças Infecciosas e Parasitárias . 2. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1996.
NEVES, Joaquim. Ginecologia fundamental . Rio de Janeiro:Ledel,2019.
NICOLL, Diana Nicoll; MARK LU, Chuanyi; MCPHEE, Stephen J. Manual de Exames Diagnósticos .7.ed. São Paulo: AMGH, 2019.
Nilton Pereira Júnior & Gastão Wagner de Sousa Campos. Políticas públicas e gestão hospitalar: evidências e experiências do SUS . São Paulo: Hucitec, 2022.
NITRINI, R.; BACHESCHI, A. A Neurologia que todo Médico Deve Saber . 4.ed. São Paulo,Atheneu, 2024.
NORRIS, Tommie. Porth – Fisiopatologia . 10 ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2021.
NOVACZYK, A.B; GAÍVA, M. A.M;as tecnologias inter-relacionais na assistência à criança atenção básica: análise de documentos oficiais . Cienc Cuid Saude, 2010 Jul/Set; 9(3): 560- 568.
NOVAK. B. Tratado de Ginecologia . 16. ed. Rio de Janeiro: Guanabara-Koogan, 2021.
NUSSBAUM, R. MCINNES, R.R. WILLARD, H.F. Thompson & Thompson: Genética médica . 8. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2016.
OKUMURA, M.; ZUGAIB, M. Ultra-sonografia em obstetrícia . São Paulo: Sarvier, 2000.
OLIVEIRA, R.A.; MOURA, F.; FIGUEIREDO FILHO, R.T.; ALVARENGA, C. Manual Prático de Saúde do Homem: Indo Além da Testosterona . Rio de Janeiro: RUBIO, 2023.
PAGLIOLI NETO, Eliseu, CENDES, Fernandes. Tratamento das Doenças Neurológicas . 3.ed. São Paulo, 2013.
PAIM, J.S. Reforma sanitária brasileira: contribuição para sua compreensão e crítica . EDUFBA/FIOCRUZ: Rio de Janeiro, 2008.
PANTHON, H. D. Textbook of Fisiology . 21. ed. Philadelphia: Sauders, 2000.
PARSLOW, T.G.; STITES, D.; TERR, A.I.; IMBODEN, J.B. Imunologia Médica . 10. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2004.
PASSOS, E.P. <i>et al.</i> Rotinas em ginecologia . 7. ed. Porto Alegre: Artmed, 2017.
PASTORE, A.R.; CERRI, G. Ultrassonografia Obstétrica-Ginecológica . 2.ed. São Paulo:Sarvier, 2015.
PAULA, Marlúbia Corrêa de; RAMOS, Maurivan Güntzel; LIMA, Valderez Marina do

Rosário. Métodos de Análise em Pesquisa Qualitativa. Porto Alegre: Editora da PUCRS, 2022.
PEDROSA, J. I. S., PEREIRA, E. D. S. Atenção básica e o controle social em saúde: um diálogo possível e necessário. Revista Brasileira de Saúde da Família (Brasília), v.VIII, p.7- 22, 2007.
PELICIONI, M.C.F.; MIALHE,F.L. (org). Educação e Promoção da Saúde: teoria e prática. São Paulo: Santos, 2012.
PEREIRA, Ana Telma; MACEDO, António Ferreira de; MADEIRA, Nuno. Psicologia na medicina. São Paulo: Lidel, 2018.
PEREIRA, F.M.T.; BRAGHETTA, C.C.; ANDRADE, P.A.S.; BRANCO, T.P. Tratado de Espiritualidade e Saúde - Teoria e Prática do Cuidado em Espiritualidade na Área Da Saúde. 1. ed. São Paulo: Atheneu, 2021.
PEREIRA, Gerson; CAMPOS JÚNIOR, Marcos Roberto. Medicina Legal e perícias médicas. São Paulo: Sarvier, 2020.
PESSINI, L.; BERTACHINI L. (Org.). Humanização e cuidados paliativos. 6.ed. São Paulo: Loyola, 2004.
PHILIPPI JR., Saneamento, Saúde e Meio Ambiente: Fundamentos para um desenvolvimento sustentável. São Paulo. Ed. Manole, 2005.
PINHEIRO, R. (Org.). Os sentidos da integralidade na atenção e no cuidado à saúde. Rio de Janeiro: UERJ, 2001.
PINHEIRO, Roseni; LOPES, Tatiana; MÜLLER NETO, Júlio S. Construção Social da demanda por cuidado: revisitando o direito à saúde, o trabalho em equipe, os espaços públicos e a participação. Rio de Janeiro: Abrasco, 2013.
PITREZ, F.A.B.; PIONER, S.R. Pré e Pós-operatório em cirurgia especializada. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.
PORTO, C.C. (Ed.); PORTO, A.L.(Ed.). Semiologia médica: habilidades para o exame clínico. 8. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2021.
PORTO, Celmo Celeno. Semiologia Médica. 8. ed. Guanabara Koogan, 2019.
PRANDO, A. A. C.B.R. Fundamentos de Radiologia e Diagnóstico por Imagem. 2. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2014.
PRODANOV, C.C; FREITAS, E.C. Metodologia do Trabalho Científico: Métodos e Técnicas da Pesquisa e do Trabalho Acadêmico. 2 ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.
PRODANOV, C.C; FREITAS, E.C. Metodologia do Trabalho Científico: Métodos e Técnicas da Pesquisa e do Trabalho Acadêmico. 2 ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.
QUEVEDO, João. Emergências Psiquiátricas. 4. ed. Porto Alegre: Artmed, 2019.
RACHID, M., SCHECHTER, M. Manual de HIV/AIDS. 8. ed. Rio de Janeiro: Revinter, 2001.
RAPAPORT, S.I. Introdução à Hematologia. 2. ed. São Paulo: Roca, 1990.
REY, Luis. Bases da Parasitologia Médica. 3.ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2015.
REZENDE FILHO, J. Obstetrícia. 14. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2022.
REZENDE, J.; Montenegro, C.A.B.;REZENDE. Obstetrícia Fundamental. 13. ed. Rio de

Janeiro: Guanabara Koogan, 2014.
REZENDE, S.E. (Org.). Tratamento das Desordens Neurológicas . 2.ed. São Paulo, 2008.
RHODEN, E.L.; et al. Urologia . Porto Alegre: Artmed, 2009.
RIELLA, M.C. Princípios de Nefrologia e Distúrbios hidroeletrólitos . 7. ed. Rio de Janeiro:Guanabara Koogan 2024.
RIOS, Izabel Cristina; SCHRAIBER, Lilia Blima. Humanização e humanidades em medicina: A formação médica na cultura contemporânea . São Paulo: Editora Unesp, 2012.
RIVERA, F.J.U. Análise estratégica em saúde e a gestão pela escuta . Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2006.
ROBBINS, S. L. Fundamentos de Robbins: patologia estrutural e funcional . 6 . ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2001.
ROCCO, José Rodolfo. Semiologia médica . 2 ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2022.
ROCHA, Eduardo Melani Rocha; RODRIGUES, Maria de Lourdes Veronese. Atlas de Oftalmologia Clínica . Rio de Janeiro: Medbook, 2015.
RODGERS, Griffin P. Manual Bethesda de Hematologia Clínica . 3.ed. Rio de Janeiro: Revinter, 2016.
RODRIGUES, Pedro Paulo Bastos; RODRIGUES, Yvon Toledo. Semiologia Pediátrica . 3. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2009.
ROSS, M. H.; PAWLINA, W. Histologia: texto e atlas: em correlação com biologia celular e molecular . 8. ed. Guanabara Koogan, 2021.
RUBIN, Emanuel (Ed.). Robbins patologia: bases clinico-patológicas da medicina . 7. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2017.
RUSSELL, Stuart J. ; NORVIG, Peter. Inteligência Artificial: Uma Abordagem Moderna . 4.ed. São Paulo: GEN LCT, 2022.
SABISTON, JR., D. C. Atlas de Cirurgia Geral . 20.ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2019.
SADLER, T.W. Langman Embriologia médica . 14. ed. Guanabara Koogan, 2021.
SADOCK, B.J.; SAADOCK, V.A. Compêndio de Psiquiatria: ciências do comportamento e psiquiatria clínica . 12.ed. Porto Alegre: Artmed, 2017.
SAMIR, R.; BIROLINI, Dario. Atualização em cirurgia geral, emergência e trauma . Manole, ano 6, 2012. VitalBook file.
SANTOS, A.L.F.; SERAFIM, A.; CARDOSO, C.A. Medicina e espiritualidade baseada em evidências . 1. ed. São Paulo: Atheneu, 2021.
SANTOS, F.S. Cuidados paliativos: diretrizes, humanização e alívio dos sintomas . São Paulo: Atheneu, 2011.
SAWAYA, M.C.T.; ROLIM, M.R.S. Manual prático de medicina legal no laboratório . 2.ed.Curitiba: Juruá, 2009.
SCHAEFER, G. Bradley; THOMPSON JÚNIOR, James; VARGAS, Andréia Escosteguy; GIUGLIANI, Roberto. Genética Médica: Uma Abordagem Integrada . São Paulo: AMGH, 2015.

SCHIER J. Tecnologia de educação em saúde : O Grupo Aqui e Agora. Porto Alegre: Sulina, 2004.
SCHVARTSMAN C, Reis A.G; FARHAT C. L. Pronto-Socorro . 3. ed., São Paulo: Manole, 2018.
SEGRE, Conceição, A. M.; COSTA, Helenice de Paula Fiod; LIPPI, Umberto Gazi. Perinatologia: Fundamentos e Prática . 3.ed. São Paulo: Sarvier, 2015.
SGRECCIA, E. Manual de bioética : aspectos médico-sociais. São Paulo: Loyola, 2009.
SGRECCIA, E. Manual de Bioética . Tradução de Orlando Soares Moreira. 3. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2009. v.1. ISBN:978-85-15-01285-5.
SILVA FILHO, Agnaldo Lopes; TRIGINELLI, Sérgio Augusto Triginelli; TRAIMAN, Paulo Traiman. Manual de cirurgia ginecológica . São Paulo: Medbook, 2023.
SILVA JR., A.G. Modelos Tecnoassistenciais em Saúde: o debate no campo da saúde coletiva . 2.ed. São Paulo: Hucitec, 2008.
SILVA, André Ribeiro da; MOURA, Bernard Pereira Barros; DIEGUEZ, Letícia Ferreira Guimarães. Estratégias de Saúde da Família: modelos de planos de ações no Sistema Único de Saúde . São Paulo: Editora Atena, 2020.
SILVA, J.A.A.; DALMASO, A.S.W. Agente Comunitário de Saúde: o ser, o saber, o fazer . Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2006.
SILVA, P. Farmacologia . 8 ed. São Paulo: McGraw-Hill, 2010.
SILVA, W. D.; MOTA, I.. Bier, O. Imunologia Básica e Aplicada . 5. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2003.
SIQUEIRA-BATISTA, Rodrigo; GOMES, Andréia Patrícia; SANTOS, Sávio; SANTANA, Luiz Alberto. Parasitologia: Fundamentos e Prática Clínica . Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2020.
SLAVE, E.M.; STONE, S.C.; LOPEZ, F.A. Doenças infecciosas: diagnóstico e tratamento nos setores de emergência . São Paulo: McGraw-Hill, 2008.
SMITH, C., MARKS, A. D., LIEBERMAN, M. Bioquímica Médica Básica de Marks 6. ed. Porto Alegre: Artmed, 2023.
SMITH, Collen. Bioquímica Médica Básica de Marks: uma abordagem clínica . 2. ed. Porto Alegre: Artmed. 2007.
SOCIEDADE BENEFICENTE ISRAELITA BRASILEIRA ALBERT EINSTEIN. Nota Técnica Para Organização Da Rede De Atenção À Saúde Com Foco Na Atenção Primária À Saúde E Na Atenção Ambulatorial Especializada – Saúde Da Mulher Na Gestação, Parto E Puerpério . São Paulo: Hospital Israelita Albert Einstein, Ministério da Saúde, 2019.
SOCIEDADE BRASILEIRA DE PEDIATRIA. Tratado de Pediatria . 5.ed. São Paulo: Manole, 2021.
SOUTH-PAUL, Jeannette E; MATHENY, Samuel C; LEWIS, Evelyn L. Current. Diagnóstico e Tratamento: Medicina de Família e Comunidade . VASCONCELOS, Márcio Moacyr de (tradutor). 2. ed. Porto Alegre: ARTMED, 2010.
SOUZA, Aspásia Basile Gesteira. Acidentes na Infância: Melhor Prevenir do que Remediar . Rio de Janeiro: Atheneu, 2020.
SOUZA, Rogerio Fernandes. Práticas de genética, biologia molecular, biotecnologia e evolução . Paraná: Editora Eduel, 2019.

SPENCE, LAWRENCE, C.M.; COX, N.H. Diagnóstico Clínico em Dermatologia: Atlas colorido e texto. São Paulo: Artes Médicas, 2023.
STAKE, R.E. Pesquisa Qualitativa: Estudando como as Coisas Funcionam. Penso, 2016.
STARFIELD. B. Atenção Primária em Saúde: equilíbrio entre necessidades de saúde, serviços e tecnologias. UNESCO/MINISTÉRIO DA SAÚDE, Brasília 2002.
STEWART, M. et al. Medicina centrada na pessoa: transformando o método clínico. Tradução de Anelise Teixeira Burmeister. 2. ed. Porto Alegre: ARTMED, 2010.
SWARTZ, MARK H. Tratado de semiologia médica: história e exame clínico. 5.ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2006.
TANAGHO, E.M.; MCANINCH, J.W. Urologia geral de Smith. 18.ed. porto Alegre: Artmed, 2014.
TARANTINO, A.B. Doenças Pulmonares. 6. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2008.
TAVARES W. Manual de Antibióticos e Quimioterápicos Anti-infecciosos. 3. ed. Rio de Janeiro: Atheneu, 2014.
TAVARES, W. Antibióticos e Quimioterápicos para o Clínico. 3.ed. São Paulo: Atheneu, 2014.
TEIXEIRA, Luiz Antonio; PIMENTA, Tânia Salgado; HOCHMAN, Gilberto. História da saúde no Brasil. São Paulo: Hucitec, 2018.
TEIXEIRA, Sonia Fleury. Reforma sanitária: em busca de uma teoria. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2016.
THALER, Malcolm S. Diagnóstico diferencial no eletrocardiograma. São Paulo: Artmed, 2023.
THOMPSON, M. W. Genética Médica. 6. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2016.
TOPOL, Eric; ISLABÃO, André Garcia. Medicina Profunda - Deep Medicine: Como a Inteligência Artificial Pode Reumanizar os Cuidados de Saúde. São Paulo: Artmed, 2024.
TORTORA, G. J.; DERRICKSON, B. Corpo Humano: fundamentos de anatomia e fisiologia. 8.ed. São Paulo, Editora Artmed, 2012.
TORTORA, G.J.; FUNKE, B. R.; CASE, C. L. Microbiologia. 14. ed. São Paulo: Artmed,2025.
TORTORA, Gerard J.; DERRICKSON, Bryan. Princípios de Anatomia e Fisiologia. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2023.
TOWNSEND, C.M.; BEAUCHAMP, D.; EVERS, B. M.; MATTOX K. SABISTON Tratado de Cirurgia: A Base Biológica da Prática Cirúrgica Moderna. 20.ed. Rio de Janeiro: Guanabara-Koogan, 2019.
TOWNSEND, C.M.; BEAUCHAMP, M.P.; et al. (SABISTON). Tratado de Cirurgia: A Base Biológica da Prática Cirúrgica Moderna. 20. ed. Rio de Janeiro: Elsevier Ltda, 2019.
TOWNSEND, C.M.; BEAUCHAMP, M.P.; et al. Tratado de Cirurgia: A Base Biológica da Prática Cirúrgica Moderna. 20. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2019.
TOWNSEND, Courtney M.; BEAUCHAMP, R. Daniel; EVERS, B. Mark et al. Tratado de

Cirurgia: A Base Biológica da Prática Cirúrgica Moderna. 21 ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2023.
TOY, E.C.; PATLAN JUNIOR, J.T. Lange: casos clínicos em medicina interna. 4.ed. Porto Alegre: Artmed, 2013.
TURATO, E.R. Tratado da metodologia da pesquisa clínico qualitativa: construção teórico-epistemológica, discussão comparada e aplicação nas áreas da saúde humana. 6.ed. Petrópolis: Vozes, 2013.
UTIYAMA, Edivaldo M; RASSLAN, Samir; BIROLINI, Dario. Atualização em cirurgia geral, emergência e trauma. Barueri, SP: Manole, 2022.
UTIYAMA, Edivaldo M; RASSLAN, Samir; BIROLINI, Dario. Procedimentos básicos em cirurgia. 2. ed. rev. e ampl. Barueri, SP: Manole, 2012.
VASCONCELOS E.M.; PRADO, E.V. A. Saúde nas palavras e nos gestos: reflexões da rede de educação popular e saúde. HUCITEC: São Paulo, 2017.
VAUGHAN, D.; ASBURY, T.; RIORDAN-EVA, P. Oftalmologia Geral. 17. ed. São Paulo: Atheneu, 2010.
VECINA NETO, Gonzalo; MALIK, Ana Maria. Gestão em Saúde. 2. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2016.
VERONESI, R. Tratado de Infectologia. 5. ed. São Paulo: Atheneu, 2015.
VIEIRA, S. Bioestatística: tópicos avançados. 5.ed. Elsevier, 2023.
VILAR, Lúcio. Endocrinologia Clínica. 8. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan. 2024
VILLINS, Margarete; ZOMBINI, Edson Vanderlei; CORREA NETO, Isaac José Felipe. As Interfaces da Semiologia e Propedêutica Médica. São Paulo: Editora dos Editores, 2022.
VITALLE, M.S.S. <i>et al.</i> Medicina do Adolescente: Fundamentos e Prática. Rio de Janeiro: Atheneu, 2019.
VOET, D.; VOET, J.G.; PRATT, C.W. Fundamentos de Bioquímica. 4 ed. Porto Alegre: Artmed, 2014.
VOLTARELLI, J.C.; DONADI, E.A. <i>et al.</i> Imunologia Clínica na Prática Médica. Porto Alegre: Atheneu, 2008.
WAITZBERG, D.I. Nutrição enteral e parenteral na prática clínica. 5. ed. Rio de Janeiro: Atheneu, 2017.
WERTHER, B.C; Souza, R.L; Souza, N. Emergência e Terapia intensiva pediátrica. 3. ed., Atheneu, 2017.
WHINNEY, Ian R; FREEMAN, Thomas. Manual de Medicina de Família e Comunidade. BURMEISTER, Anelise Teixeira (tradutor). 4.ed. Porto Alegre: ARTMED, 2017.
WILLIAMS, C. Obstetrícia. 25. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2020.
YOUNG, B; LOWE, J. S. ; STEVENS, A; HEATH, J. W.W. Histologia Funcional: Texto e Atlas em Cores. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.
ZAGGO. Fundamentos de Hematologia. 19. ed., Atheneu: 2001.
ZATAR, L. & <i>et al.</i> Radiologia diagnóstica prática: Manual da residência do Hospital Sírio Libanês. 2.ed. São Paulo: Manole, 2022.
ZERBINI, Euryclides de Jesus. Clínica Cirúrgica. Alípio Correia Neto. 4. ed. São

Paulo: Sarvier, 1994.

ZORZETTO, N. L. **Curso de Anatomia Humana**. 9. ed. Presidente Prudente: Cientbook, 2014.

ZUGAIB M. Zugaib. **Obstétrica**. 4. ed. São Paulo: Manole, 2019.

ZUGAIB, M.; RUOCCO, R. **Pré-natal: clínica obstétrica da faculdade de medicina da USP**. 3.ed. Rio de Janeiro: Atheneu, 2005.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO
COORDENADORIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES

ANEXO VII

**DECLARAÇÃO SOBRE A UTILIZAÇÃO DE DADOS PESSOAIS E SENSÍVEIS
EM PROCESSOS LICITATÓRIOS**

Considerando a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) - Lei nº 13.709/2018 e a Lei de Acesso à Informação (LAI) - Lei nº 12.527/2011, bem como os princípios da transparência e segurança jurídica aplicáveis à administração pública, declaramos conhecimento de que os dados pessoais e sensíveis tratados em processos licitatórios serão utilizados exclusivamente para os fins previstos em lei, garantindo-se a segurança e a privacidade dos titulares.

Nos termos do artigo 23 da LGPD, a administração pública pode tratar dados pessoais para exercer suas competências legais, desde que respeite os princípios da finalidade, necessidade e adequação. Assim, a coleta desses dados nos certames licitatórios tem o objetivo de avaliar a capacidade técnica, econômica e financeira dos participantes, conforme as exigências da Lei nº 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos).

A LAI, em seu artigo 6º, inciso III, estabelece o princípio da transparência, garantindo o direito de acesso às informações públicas. Dessa forma, nos processos licitatórios, todos os dados pertencentes às empresas participantes e suas propostas serão integralmente divulgados de forma acessível, assegurando o controle social e a publicidade dos atos administrativos.

Diante disso, a {nome da empresa}, inscrita no CNPJ nº { }, por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr.(a) { }, portador(a) do CPF nº { }, DECLARA que tem pleno conhecimento das regras do edital de licitação e ciência de que:

Para participar da licitação e ser contratado(a), é necessário fornecer à Administração Pública diversos dados pessoais, tais como:

- Documentos de identificação;
- Participações societárias;
- Informações contidas em contratos sociais;
- Endereços físicos e eletrônicos;
- Estado civil;
- Informações sobre cônjuges e relações de parentesco;
- Número de telefone;
- Sanções administrativas em cumprimento;



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO
COORDENADORIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES

- Condenações criminais ou por improbidade administrativa, entre outros necessários à contratação.

Esses dados farão parte do processo administrativo e serão tratados pela Administração Pública.

O tratamento dos dados pessoais no contexto dos processos de contratação é válido, legítimo e juridicamente adequado.

{Local, Data}

{Assinatura e Identificação do Responsável}